



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

VIII Legislatura

Número: 111

IV Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira 2 de Julho de 2008

**Presidente:** *Deputado Fernando Menezes (substituído no decorrer da sessão pela Vice-Presidente, Deputada Fernanda Mendes)*

**Secretários:** *Deputados António Loura e Luís Henrique Silva*

### Sumário

*Os trabalhos tiveram início às 15 horas e 15 minutos.*

Após a chamada dos Srs. Deputados, iniciou-se o Período de Tratamento de Assuntos Políticos com uma comunicação do Governo Regional, feita pelo Sr. Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*).

Sobre a mesma usou da palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses (*PSD*).

Para tratamento de assuntos de interesse político relevante usaram da palavra os Srs. Deputados António Pedro Costa (*PSD*), José San-Bento (*PS*), Piedade Lalanda (*PS*), Mariana Matos (*PS*), Maria José Duarte (*PSD*), António Ventura (*PSD*), Henrique Ventura (*PS*), Piedade Lalanda (*PS*), Nélia Amaral (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*).

A Agenda da Reunião foi composta por cinco diplomas:

**- Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regime Jurídico de actividades sujeitas a licenciamento da Câmara Municipal.**

A apresentação da proposta coube ao Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*), seguindo-se as intervenções dos Srs. Deputados José Manuel Bolieiro (*PSD*) e Alberto Costa (*PS*).

Submetida à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

**- Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Parque Natural da Ilha de Santa Maria”.**

**- Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Parque Natural da Ilha do Faial”.**

**- Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Parque Natural da Ilha do Corvo”.**

**- Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Parque Natural da Ilha da Graciosa”.**

Apresentadas as propostas pela Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar (*Ana Paula Marques*) iniciou-se o debate com a participação dos Srs. Deputados Sérgio Ferreira (*PSD*), Alberto Costa (*PS*), Helder Silva (*PS*), Costa Pereira (*PSD*), Guilherme Nunes (*PS*), José Manuel Nunes (*PSD*), Luís Henrique Silva (*PSD*), José Ávila (*PS*), Hernâni Jorge (*PS*), Pedro Gomes (*PSD*) e Artur Lima (*CDS/PP*).

Iniciada a votação, as propostas em apreço foram aprovadas por unanimidade, com excepção da Proposta de Decreto Legislativo Regional relativa ao “Parque Natural da Ilha do Corvo”, que foi aprovada por maioria.

*(Os trabalhos terminaram às 20 horas e 05 minutos)*

**Presidente:** Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, vamos começar os nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Secretário para fazer a chamada.

*Eram 15 horas e 15 minutos.*

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados*

***Partido Socialista (PS)***

**Alberto da Silva Costa**

**Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz**

**António Gonçalves Toste Parreira**

**António José Tavares de Loura**

**Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa**

**Fernanda Correia Garcia Trindade**

**Fernando Manuel Machado Menezes**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**Henrique Correia Ventura**

**Hernâni Hélio Jorge**

**José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**

**José de Sousa Rego**

**José Gabriel Freitas Eduardo**

**José Gaspar Rosa de Lima**

**José Manuel Gregório de Ávila**

**Lizuarte Manuel Machado**

**Manuel Avelar Cunha Santos**

**Manuel Soares da Silveira**

**Maria Fernanda da Silva Mendes**

**Maria Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano**

**Mariana Rego Costa de Matos**

**Nélia Maria Pacheco Amaral**

**Nuno Alexandre da Costa Cabral Amaral**

**Nuno André da Costa Soares Tomé**

**Rogério Paulo Lopes Soares Veiros**

**Partido Social Democrata (PSD)**

**Aires António Fagundes dos Reis**

**António** Lima Cardoso **Ventura**

**António** Maria da Silva **Gonçalves**

**António** Pedro Rebelo **Costa**

**Carla** Patrícia Carvalho **Bretão** Martins

**Clélio** Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

**Jaime** António da Silveira **Jorge**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

**Jorge** Manuel de Almada **Macedo**

**José Manuel** Avelar **Nunes**

**José Manuel** Cabral Dias **Bolieiro**

**Luís Henrique da Silva**

**Maria José** Botelho de Viveiros da Silva Lemos **Duarte**

**Mark** Silveira **Marques**

**Pedro** António de Bettencourt **Gomes**

**Sérgio** Emanuel Bettencourt **Ferreira**

**Partido Popular (CDS/PP)**

**Artur** Manuel Leal de **Lima**

**Presidente:** Estão presentes 42 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Está inscrito o Sr. Secretário Regional da Presidência para fazer uma comunicação à Assembleia.

Tem a palavra o para o efeito.

**Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No momento em que a VIII Legislatura se aproxima do seu término, existem vozes que, por desconhecimento, má-fé, ou puro desespero face ao acto eleitoral que se aproxima, pretendem, consciente ou inconscientemente, faltar à verdade e dar da relação entre o Governo e o Parlamento uma ideia errada, uma ideia falsa, uma ideia que não tem quaisquer dados factuais que a sustentem,

mas que é fruto apenas, nuns casos de arrogância mal disfarçada e, noutros, de ignorância sobre os mecanismos de funcionamento do nosso sistema parlamentar.

É, por isso, natural que o Governo, através do Membro com a competência nos Assuntos Parlamentares, venha aqui a esta tribuna demonstrar que, quem assim procede, está a tentar enganar os Açorianos.

O PSD/Açores tem sido useiro e vezeiro em acusações ao Governo de que não responde aos Requerimentos, de se recusar a vir ao Parlamento quando solicitado, de, enfim, ameaçar a Democracia nos Açores.

Vamos, então, aos factos, aos números, e à forma como estes demonstram que o PSD/Açores não tem razão nestas acusações ao Governo.

Até ao momento, e durante a presente Legislatura, o Governo recebeu 372 Requerimentos dos Srs. Deputados.

Destes, foram já respondidos 358, o que corresponde a uma taxa de 96.24%.

**Secretária Regional do Ambiente e do Mar** (*Ana Paula Marques*): Muito bem!

**O Orador:** Encontram-se por responder 13 Requerimentos (13 em 372!), dos quais 6 ainda têm o prazo a decorrer. A todos eles o Governo espera dar resposta o mais rapidamente possível, no cumprimento das suas obrigações legais, mas, sobretudo, no exercício de uma saudável prática democrática que é seu timbre e que não é de agora.

É por isso que não pode aceitar-se a crítica, infundada, como se prova, e malévolamente, como se crê, que o Governo não responde.

A crítica não é aceitável, desde logo, porque não é verdadeira. Porque não está sustentada, bem pelo contrário, em quaisquer números.

A crítica não é aceitável, também, porque, quem tanto se afana em verbalizá-la, está, é certo, revestido de plena legitimidade política, mas a sua experiência governativa passada, neste âmbito, não lhe traz a imprescindível legitimidade moral de que tanto carece para o mérito das suas afirmações.

E não se diga, como alguns já se aprestam a fazê-lo, que o Governo responde mal ou que não fornece os dados que os requerimentos reclamam.

O Governo Regional é politicamente responsável perante o Parlamento, compreendendo esta responsabilidade, entre outros, o dever de esclarecer os Srs. Deputados sobre o sentido das suas decisões, ou de responder às questões sobre as medidas ou propostas de medidas que desenvolve ou que pretende vir a desenvolver.

O Governo não é, nem o secretariado, nem o assistente administrativo do PSD/A, para responder a perguntas que se reduzem a pedidos cujas respostas estão disponíveis no Jornal Oficial ou no Diário da República, ou que, por outras vias, se encontram acessíveis a qualquer cidadão.

Mas mesmo aqui, mesmo nestas situações de preguiça e de “lei do menor esforço” do maior partido da Oposição,...

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Não apoiado!

**O Orador:** ... o Governo ainda tem enviado a indicação onde essas matérias podem ser encontradas.

Efectivamente, não é esta a função do Governo!

Lamentavelmente, esta tem sido a função do principal partido da Oposição!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É o Governo também acusado de se recusar a vir ao Parlamento para prestar esclarecimentos no âmbito das Comissões Parlamentares ou na sequência de pedidos feitos em sessões plenárias.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer, e de dizê-lo com toda a satisfação, que o Governo, sempre que convocado, tem vindo ao Parlamento, quer nas Comissões, quer nas sessões plenárias, prestando-se a responder a qualquer questão que qualquer Sr. Deputado queira colocar.

O que não acontece, contudo, e não acontece porque as regras regimentais também aprovadas pelo PSD/A não o permitem, é dar a um partido com assento parlamentar, ou melhor, é dar a qualquer grupo ou representação parlamentar, o direito potestativo de chamar o Governo ao Parlamento.

Essa é uma decisão, única e exclusiva, das Comissões.

E sempre que as Comissões pediram a presença do Governo, o Governo respondeu presente!

Estas são as regras com que o Parlamento trabalha!

Estas são as regras com que o Parlamento sempre trabalhou!

Estas são as regras que o PSD/A também aprovou!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Vice-Presidente do Governo Regional)*

Causa, por isso, estranheza que o Governo seja acusado e vilipendiado por uma postura que, quer de acordo com o Regimento, quer de acordo com a prática passada, nunca levantou dúvidas. Até ao momento em que o PSD/A viu nesta, mais uma oportunidade de atacar e criticar o Governo Regional.

Mas, não é apenas do ponto de vista formal, do ponto de vista regimental, que não existe qualquer suporte à acusação do PSD/Açores, como, também do ponto de vista material, do ponto de vista do esclarecimento, não tem razão o maior partido da Oposição.

Um exemplo concreto e bem elucidativo: a situação da eventual contaminação de aquíferos na ilha Terceira.

Convém lembrar àqueles que, porventura, estejam mais esquecidos, que foi o Governo Regional que tomou a iniciativa de informar esta Assembleia do que sabia e do que pretendia vir a saber.

Foi o Governo que assumiu o compromisso de informar o Parlamento quando tivesse mais informações sobre o assunto.

É isto esconder ou recusar informação ao Parlamento?!

É isto desrespeitar o Parlamento?!

Um outro exemplo, bem elucidativo da forma dúbia como o PSD/A interpreta a realidade.

Da única vez que, em 4 anos, o PSD/A recorreu à figura regimental de Sessão de Perguntas ao Governo, a sessão não chegou ao fim. Não chegou ao fim, não porque o Governo se tivesse recusado a responder. Não porque o Governo impedisse a sua continuidade.

A sessão acabou antes de feitas todas as perguntas e dadas todas as respostas porque o PSD/A desistiu.

E, curiosamente, ou talvez não, o PSD/A desistiu quando se apercebeu que a resposta à pergunta sobre quando foram instituídos os cartões de crédito e viatura para a administração das empresas públicas EDA e SATA, remetia para actos da responsabilidade do Dr. Costa Neves e da Dr.<sup>a</sup> Berta Cabral.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Então, e a necessidade de esclarecimento?!

Então, e o desejo de fiscalizar?!

Então e o respeito ao Parlamento?!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD/A tem um problema! Mas o problema do PSD/A não é a Assembleia, não é o Governo, não é o Partido Socialista.

O problema do PSD/A é consigo próprio!

O PSD, após 12 anos, ainda não se convenceu que não é o centro das atenções; ainda não percebeu que já não manda em tudo e em todos; ainda não interiorizou que não tem um direito natural ou quase divino a que todos cumpram os seus caprichos e os pequenos desejos; ainda não percebeu que é um Partido político que está sujeito às mesmas regras que os outros partidos políticos; o PSD ainda não percebeu que o caminho não é o dos amuos, o das birras, o das queixinhas ou o dos comportamentos de menino mimado que recusa crescer!

O PSD/A, ao fim de 12 anos, ainda não percebeu que já não é Governo, que é Oposição! E, pelo que se tem visto à sua direita, cada vez menos Oposição...

Resta-nos agora a acusação descabida de que o Governo Regional ameaça a Democracia!

Para cúmulo, e não sabendo que mais há-de dizer, agora o PSD lembrou-se de dizer que o Governo põe em causa a Democracia nos Açores.



Mais uma acusação feita com a típica ligeireza, despropósito e irreflexão, do PSD/Açores.

O património político do PS/Açores, quer nos tempos da Oposição, quer nos tempos de maioria relativa, quer nos tempos de maioria absoluta, bem como o seu património governativo, são bem a prova, se provas ainda fossem necessárias, do monumental disparate que o PSD profere com estas afirmações. Só uma memória muito curta, ou uma desfaçatez sem precedentes, pode tornar possível este tipo de afirmação.

De todos os partidos, dentro e fora desta Assembleia, é, exactamente, o PSD sob a liderança do Dr. Costa Neves que mais cautela deveria ter quando falar de Democracia ou de pôr em perigo a Democracia.

O PSD/A, sob a liderança do Dr. Costa Neves, não tem um percurso de que se possa orgulhar nesta matéria!

Será que o PSD espera que os Açorianos já tenham esquecido que a altura em que, nos Açores, mais perto se esteve de atentar contra a Democracia, de pôr em perigo os valores democráticos, foi, exactamente, quando o Dr. Costa Neves foi líder do partido em 1998?!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Será que o PSD/Açores e o Dr. Costa Neves já esqueceram que, ao contrário do que era o sentir visível e notório da maioria do Povo dos Açores, foram eles que lideraram uma tentativa de derrubar um Governo democraticamente eleito em 1996 e que, em 1998, se encontrava em maioria relativa?!

Será que o PSD/Açores e o Dr. Costa Neves sinceramente esperam que os Açorianos tenham esquecido que aqueles que, hoje, invocam em vão o nome da Democracia, são os mesmos que, em 1998, a quiseram torcer, distorcer e atropelar?!

Será que é possível, Sras. e Srs. Deputados, que o PSD/Açores e o Dr. Costa Neves tenham a secreta esperança de que os Açorianos já não se lembrem que, em 1998, a única coisa que os movia era uma desmesurada sede de poder e que,

para satisfazer os seus desejos, estavam dispostos a ignorar, rejeitar, a passar por cima do que sentia a maioria dos Açorianos?!

Será possível, senhores do PSD, que não se lembrem disso? Que não vos toque a consciência quando, apesar de tudo isto, pretendem acusar o Governo de por em causa a Democracia?!

Não é possível que o deslante possa chegar tão longe!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional não foi, nem vai, pelo mesmo caminho!

A invocação destes exemplos não se destina a desculpabilizar ou a justificar quaisquer situações semelhantes do Governo, desde logo, porque elas não existem.

A questão é, tão só, a de salientar que temos visões, práticas e passados completamente distintos no que toca à Democracia e ao respeito pelos valores democráticos.

São muitas as diferenças entre um PSD Oposição agora e um PS Oposição em tempos idos!

São muitas as diferenças entre um Governo de agora do PS e os Governos do PSD passado.

A situação do PS/Açores e do PSD/Açores não se confundem, nem nunca se confundiram, a esse nível.

Concluindo, com esta prestação, com esta postura, os problemas dos Açores não começam, como quer fazer crer o PSD/A, no Governo.

O problema é, efectivamente, a Oposição que faz o PSD/A.

Disse!

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

\* **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se dúvidas houvessem, a comunicação que o Governo Regional apresentou, e supostamente seria para os açorianos, é mais uma prova do estado em que se encontra o Governo Regional dos Açores e o Partido Socialista relativamente ao processo eleitoral.

Nervosismo instalado! Ontem ficou bem evidente na declaração política do líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que foi pública e por isso pode ser comentada, com os epítetos que brindou a oposição democrática nos Açores, com a linguagem do mais baixo nível, neste Parlamento.

**Deputado António Marinho (PSD):** E continua!

**O Orador:** Hoje, o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares vai pelo mesmo caminho, com mais alguma lisura, pode assim dizer-se, mas com o sentido e o propósito assumido de atacar a oposição.

Fez o que tem feito durante esses 12 anos. É o auto-elogio! É a propaganda da ilusão e os ataques ao PSD!

Sempre e sempre o mesmo!

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Neste caso concreto demonstra também que a acção do PSD é tão importante, é tão incisiva e produz tantos efeitos que o Governo Regional sentiu a necessidade de vir aqui dar explicações sobre a democracia nos Açores.

De facto, estamos a cumprir o nosso papel, porque se não estivéssemos a cumprir o nosso papel, Sr. Secretário, não tinha sentido essa necessidade. Sentiu a necessidade, porque sente que os açorianos, cada vez mais também sentem, eles próprios, a falta de democracia que se vive nos Açores.

Há poucos dias atrás, uma personalidade ilustre dos Açores, que foi eurodeputado do Partido Socialista e Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, Dr. Cunha de Oliveira, dizia publicamente que nos Açores vive-se uma ditadura em democracia. São tantos e tantos açorianos que vão realçando isso. Já para não citar o anterior Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Dr. Dionísio Sousa...

**Deputado Mark Marques (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... sobre a classificação que fez ao Congresso do Partido Socialista. Não vou por aí, mas quero demonstrar e evidenciar esta necessidade que o Partido Socialista e o Governo Regional sentem de justificar os seus insucessos em termos de democracia.

Por outro lado, todos os açorianos sabem, e o Sr. Secretário também sabe, que o que a maioria faz é o que o Governo quer. Este Governo Regional e a maioria, estão ligados “umbilicalmente”.

Neste caso concreto todos os açorianos sabem o bloqueio institucional ao funcionamento deste Parlamento por esta coligação entre maioria e Governo Regional.

Todos nos lembramos do bloqueio feito ao Fundo de Socorro Social, um dos maiores escândalos da democracia açoriana em que se utilizaram dinheiro públicos para distribuir a pessoas individualmente. Milhares de euros do Fundo de Socorro Social foram distribuídos a pessoas individualmente, pessoas que no relatório se dizia “situação económica boa”, “tem rendimentos que pode pagar a dívida”, mas, apesar disso, pagavam integralmente as obras dessas pessoas. Está provado nos relatórios que são públicos e estiveram presentes na Comissão.

O Governo Regional, com medo, bloqueou o funcionamento do Fundo de Socorro Social relativamente à nova utilização da Base das Lajes.

O PSD solicitou esclarecimentos ao Governo Regional sobre esta matéria. A maioria bloqueou, não quis que o Governo Regional prestasse esclarecimentos sobre a nova utilização da Base das Lajes.

Na Comissão Eventual sobre a Base das Lajes, o PSD solicitou esclarecimentos ao Governo e a maioria que suporta o Governo Regional negou esses esclarecimentos.

Sobre o transporte marítimo de passageiros, por mais que uma vez, o Grupo Parlamentar do PSD solicitou a presença do Secretário Regional da Economia para explicar a trapalhada de gastar 40 milhões de euros num processo que está no estado que todos os açorianos sentem.

Mais do que uma vez a maioria rejeitou a presença do Sr. Secretário Regional na Comissão.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Sobre a contaminação das águas, o PSD solicitou esclarecimentos neste Parlamento.

É verdade que o Governo prestou uma comunicação ao Parlamento, mas esta comunicação não esclareceu nada. O problema é que esta comunicação não esclareceu.

O PSD colocou um conjunto de questões, questões claras, concretas, precisas e rigorosas, neste plenário, e a Sra. Secretária não respondeu às questões do Grupo Parlamentar do PSD.

O PSD pediu que a Secretária Regional fosse à comissão prestar esclarecimentos. A Secretária Regional não foi à Comissão prestar esclarecimentos.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O PSD repetiu para que a Secretária Regional pudesse ir à Comissão prestar esclarecimentos. Novamente, a Secretária Regional voltou a não ir à comissão.

Em nenhuma democracia no mundo o Governo se recusa a prestar esclarecimentos ao Parlamento, como acontece nos Açores.

Isto é democraticamente inaceitável.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Tudo isto são factos rigorosos. Por muita ilusão que façam, por muita propaganda e fogo de artifício, não conseguem desmentir a verdade.

Por outro lado, o PSD solicitou, como bem disse, 372 requerimentos. Nesses requerimentos bastava um requerimento falhar!

Recordo: na anterior legislatura, o Governo Socialista levou 4 anos a responder a um requerimento que o PSD fez na altura sobre a forma como, e isso foi

público, saiu em notícias do jornal, até por pessoas ligadas ao Sr. Secretário, “governo domesticava os jornalistas”.

O PSD fez um requerimento. Em 4 anos, nenhuma resposta. Bastava um requerimento para realçar e evidenciar a falta de respeito por este Parlamento.

Por outro lado, o Governo Regional e Partido Socialista limitam-se, em tudo isto, a interpretar, a fazer avaliações, a fazer juízes de valor, esquecendo que deve respeito à verdade.

O PSD limita-se a apresentar os factos. Por outro lado, Carlos César assumiu perante este Parlamento que, semestralmente vinha ao Parlamento dos Açores, prestar esclarecimentos sobre a relação com o serviço público de rádio e televisão. Apenas uma vez veio a este Parlamento. Nunca mais cumpriu este compromisso com o Parlamento.

Pode o senhor dizer que isto implica respeito para com o Parlamento, mas não implica.

Na sessão de perguntas o Governo Regional não esclareceu as questões colocadas pelo PSD.

Remeteu para a consulta dos jornais oficiais.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

**O Orador:** Já termino, Sr. Presidente.

Não respondeu às questões colocadas e, pior do que isso, relativamente ao requerimento que o PSD apresentou sobre o nebuloso processo de aquisição dos novos aviões da SATA, o Governo Regional não respondeu no prazo em causa.

O Presidente do Governo Regional, naqueles seus malabarismos habituais, limitou-se a dizer vão ao site da SATA, aparentemente a brincar com coisas sérias.

O site da SATA não responde à pergunta do PSD. Nem o site da SATA, nem o Presidente do Governo, nem o Governo Regional e isso implica da vossa parte uma leitura de respeito pelo Parlamento.

Terminando, Sr. Presidente, tudo isto são factos, mas este ataque ao Dr. Costa Neves é revelador da vossa falta de coerência, da vossa falta de credibilidade,

sobretudo da vossa falta de argumentos e do medo que estão a demonstrar para com os açorianos. O medo das eleições!

**Presidente:** Agradecia que concluísse, Sr. Deputado.

**O Orador:** Para finalizar, lembro apenas que em Agosto de 2004, vai fazer 4 anos, Sr. Secretário (a memória às vezes é curta, mas há pessoas que utilizam isso), diziam, relativamente ao Dr. Costa Neves:

“É um perfeito conhecedor da realidade açoriana, da especificidade, da agricultura, das pescas. É extremamente importante para a Região!”

Sabe quem é que disse, Sr. Secretário?

O Sr. Secretário Regional Vasco Cordeiro, na altura.

*(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Por isso, por ataques que façam hoje e pelos elogios que fez ontem, demonstra a sua completa falta de credibilidade.

**Presidente:** Sr. Deputado, como é que é?

**O Orador:** Termina já, Sr. Presidente. Mas isto é muito importante, para si e para os açorianos.

Por outro lado, dizia também “como factor positivo, o facto de Carlos Costa Neves, enquanto Secretário de Estado para os Assuntos Europeus, ter estado ligado a decisões que tiveram grande impacto na agricultura, nas pescas dos Açores, está, portanto, perfeitamente consciente e alerta para a consequência de todo o âmbito”.

Quem é que dizia isso?

Vasco Cordeiro.

Mais do que isso, e para finalizar, não era só Vasco Cordeiro que fazia elogios a Costa Neves, há 4 anos atrás. Havia uma outra pessoa que também fazia elogios a Costa Neves e dizia: “enalteço o espírito construtivo e a postura de franqueza e lealdade de Costa Neves.”

Quem é que dizia isso?

Carlos César.

As pessoas que um dia dizem uma coisa e outro dia dizem outra, apenas por questões políticas e partidárias e por questões de oportunismo, são pessoas que não merecem credibilidade e não têm moral para apontar o dedo a ninguém.

Da parte do PSD a verdade dos factos! Sempre!

É a nossa posição e por isso é que estamos sempre de cabeça levantada a enfrentar os açorianos.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

\* **Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

Efectivamente a comunicação do Governo foi para os açorianos e foi por causa da acção do PSD.

Se o PSD não usasse de falsidades...

**Deputado Clélio Meneses** (*PSD*): Onde?

**O Orador:** ... nas críticas que faz ao Governo, através de requerimentos, resposta ao Parlamento e atentar a democracia, nunca teria feito a comunicação.

O PSD quer distorcer a realidade a seu belo prazer.

Outra questão que me parece importante, Sr. Deputado. As afirmações que o Sr. Deputado referiu foram feitas em Julho de 2004.

Aliás, foram feitas na altura em que o Governo Regional se encontrava em deslocação a Santa Maria, quando tomou conhecimento que o Dr. Costa Neves fora nomeado Ministro da Agricultura.

**Deputado Clélio Meneses** (*PSD*): Não sabe o que é que está a dizer!

**O Orador:** Eu sei o que é que estou a dizer. Quem não sabe o que está a dizer é o senhor.



A apreciação que foi feita na altura foi que era um facto positivo a nomeação do Dr. Costa Neves.

Em Agosto tive uma reunião com o Dr. Costa Neves em que manifestei esse entendimento. Pena é que a prática do Dr. Costa Neves como Ministro da Agricultura tenha desmentido toda a apreciação que eu fazia.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Isso está a correr-lhe mal!

**O Orador:** Não! Está a correr bem! E a sua intervenção é a prova que está a correr muito bem!

Sr. Deputado Clélio Meneses, o senhor sabe, em função dos números que foram apresentados, que não pode acusar o Governo de não responder a requerimentos.

O senhor sabe perfeitamente...

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Estou à espera de resposta a 2 requerimentos!

**O Orador:** ... que as respostas que o Governo tem dado, quer ao nível de requerimentos, quer ao nível de sessões e de pedidos de esclarecimento em comissões, são aquilo que efectivamente se espera do Governo Regional.

Em relação a questões de bloqueio institucional, em relação a questões relativas à Base das Lajes, Sr. Deputado Clélio Meneses, quando eu me refiro à postura do PSD de achar que é o centro das atenções, é porque o PSD ainda não reconheceu que tem que se submeter às mesmas regras dos outros.

Acredite que nem sempre as críticas são (nem tudo gira à volta do PSD) são relativas àquilo que diz o PSD.

Os Srs. Deputados fazem as piores insinuações em relação ao Governo Regional. Quando Governo Regional responde, levantam-se como “Madalenas ofendidas” a dizer que realmente atacaram o PSD, atacaram o Dr. Costa Neves.

O senhor tem consciência do tem acusado o Governo Regional?

O senhor tem consciência daquilo que o Dr. Costa Neves tem dito em relação ao Governo Regional?

Isso não toca a sua fina sensibilidade democrática?

Isso não toca a sua fina sensibilidade pessoal?

Não!

É só ao contrário!

Sr. Deputado, o senhor está num Parlamento.

No Parlamento o senhor faz críticas, debate, mas tem que estar disponível para ouvir e é isso que o PSD não tem estado disponível para ouvir.

Mas sabe sobretudo, para além de tudo isso, e os açorianos que estão a acompanhar este debate e todos aqueles que acompanham aquela que tem sido a prestação do Governo Regional, em termos de esclarecimento ao Parlamento também sabem perfeitamente que as acusações do PSD são absoluta e perfeitamente descabidas.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Estou há mais de um ano à espera de resposta!

**O Orador:** Vão ter resposta como todos têm tido.

O Governo Regional reafirma tudo aquilo que afirmou na sua comunicação.

Reafirma que a forma como o PSD tem acusado o Governo Regional relativamente a não responder a requerimentos é falsa!

Reafirma que o Governo Regional, sempre que solicitado pelo Parlamento, em relação a prestar esclarecimentos em Comissões e em sessões plenárias, tem vindo a esta casa!

E, sobretudo, reafirma – mas essas parte o Sr. Deputado Clélio Meneses não falou, não lhe convinha! – que a prestação de respeito à democracia do PSD sobre a liderança do Dr. Costa Neves não é propriamente um exemplo para ninguém!

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** O Sr. Deputado Clélio Meneses pede a palavra para?

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, para fazer um protesto.

**Presidente:** Faça favor.

\* **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Confesso, Sr. Secretário Regional, que não tenho aprendido muito consigo, mas se há coisa que eu aprendi consigo foi a utilizar os protestos nestes momentos.

Por isso, um protesto pela sua referência à sensibilidade pessoal de cada um nós e para pôr os pontos nos “is”

**Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Pelo amor de Deus, isso é paranóia!

**O Orador:** Paranóia? Está a dar razão ao protesto.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** É um protesto paranóico!

**O Orador:** Para que os açorianos saibam ao ponto a que chegou a maioria do Partido Socialista e o Governo Regional do Partido Socialista no debate mais nobre da política, que é o debate parlamentar: chamar paranóico ou, como ontem, semianalfabetos, cobardes, hipócritas.

O Sr. Secretário Regional, há alguns anos, dizia que a oposição era indigente.

O Presidente do Governo dizia que a oposição não presta.

É essa a terminologia que o Governo dos Açores utiliza na democracia açoriana.

Neste caso concreto, e mais uma vez, a cadeira do Presidente do Governo, Carlos César, está vazia. Ele não vem ao Parlamento prestar esclarecimentos.

**Presidente:** Sr. Deputado, como sabe, um protesto tem que se limitar a protestar. Já vai na cadeira vazia do Presidente. Está fora de contexto.

Já falou de um artigo de um jornal, há anos.

O protesto tem que se centrar na área protestada.

**O Orador:** Para concluir, a postura é repetida e é sempre a mesma postura.

Indigente, hipócrita, cobarde, que não presta, e todas as outras expressões que foram utilizadas, pelo Governo Regional e pelo Partido Socialista é a vossa terminologia.

Também aí somos diferentes.

Da parte do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, da parte do presidente do Partido Social Democrata, nunca vamos utilizar o Parlamento dos Açores, nem nenhum comício, para chamar nomes a ninguém.

Somos diferentes e a esse nível não baixamos.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para um contra-protesto.

\* **Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

É para o exercício da figura regimental de contra-protesto.

É lamentável que quem tanto apregoa as virtudes do debate democrático se assumia como a “virgem vegetal” desta democracia.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Já me chamaram nomes piores!

**O Orador:** O que estamos a assistir neste plenário é muito claro e muito simples.

Aliás, se porventura o PSD ainda pudesse ganhar eleições, era um exemplo daquilo que nos esperava.

Daquele lado para aqui, pode dizer-se tudo!

Deste lado para lá, não se pode dizer nada, porque os Srs. Deputados do PSD ficam ofendidos na sua sensibilidade democrática!

É um contra-protesto por esta visão completamente distorcida daquilo que é o debate parlamentar.

O Sr. Deputado Clélio Meneses, ao longo destes 4 anos, foi bem a prova daquilo que não deve ser, na minha opinião, o debate parlamentar.

Berras, amuos, queixinhas!

Tudo isto demonstrara (e o meu contra-protesto termina aqui) que o PSD, conforme eu bem defendi daquela tribuna, ainda não aprendeu a viver em oposição.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

**Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros de Governo:

O ensino do Português nos Estados Unidos e no Canadá encontra-se numa situação de abandono insustentável, por parte do Governo da República e os pais dos alunos e os professores consideram discriminatória a forma como vem sendo distribuída a verba orçamentada para o Ensino da Língua Portuguesa no Estrangeiro.

Este problema pode parecer, para muitos de nós que vivemos nos Açores, de somenos importância, mas é um assunto sério que tem preocupado os emigrantes destas ilhas que vivem no continente norte-americano.

De facto, o Governo tem, persistentemente, privilegiado o continente europeu, em detrimento de outros países, onde o número de luso-descendentes é maior.

Por isso, os responsáveis das nossas comunidades da diáspora entendem que já nem vale a pena continuar a pedir apoios ao Governo português, dado o costumeiro desinteresse governamental em patrocinar as organizações e escolas que ministram o português nas comunidades fora da Europa.

Não se entende que as crianças e os jovens portugueses, vivendo no estrangeiro e que pretendem aprender a nossa língua sejam tratados de forma desigual.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Os que se encontram fora do velho continente são esquecidos e apenas lembrados nos discursos oficiais, aquando da visita de algum membro do governo, com apelos para que as comunidades da diáspora se empenham na manutenção da cultura e língua portuguesas.

De acordo com as justificações oficiais, os recursos financeiros são limitados para contemplar todos os que querem preservar o Português como Língua e

como Cultura. Por isso, o Governo da República decidiu canalizar os seus apoios para os que vivem na Europa, ficando, assim, de fora, designadamente, os luso-descendentes da diáspora açoriana, numa discriminação insustentável.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros de Governo:

De acordo com as queixas dos nossos emigrantes, não há verbas para pagar professores, nem há sequer livros próprios, para que os curricula estejam em conformidade, com o que se ensina em Portugal. Os pais dos alunos têm de suportar todos os encargos, se querem que os filhos aprendam a nossa língua.

No entanto, segundo um desabafo de um emigrante, os governantes encontram, contraditoriamente, e de forma fácil, dinheiro para distribuir por todas as escolas portuguesas no estrangeiro, os chamados “símbolos da República”, numa campanha promovida pelo Governo e que já arrancou na maioria das escolas do ensino básico.

Nos Estados Unidos existem cerca de 80 escolas comunitárias, organizadas pela Igreja Católica, por associações e até por grupos de cidadãos, onde aprendem a língua portuguesa, mais de 4.500 alunos.

No Canadá, os Cursos de língua e cultura portuguesa distribuem-se por cinco áreas consulares: Montreal, Ottawa, Vancouver, Winnipeg e Toronto. O ensino está organizado nos moldes da Rede Particular, cuja dinâmica de funcionamento depende das entidades promotoras: associações, clubes ou entidades públicas e privadas, que procedem ao recrutamento dos professores e assumem todos os encargos resultantes do funcionamento dos cursos, que funcionam após o horário escolar canadiano.

Por outro lado, durante 20 anos, os Ministérios da Educação e dos Negócios Estrangeiros em Portugal receberam apenas os números relativos às escolas comunitárias. Na estatística enviada pelos Serviços de Coordenação do Ensino Português ignorou-se sistematicamente as largas centenas de situações de ensino integrado desde o jardim-de-infância, ao 12º ano de escolaridade nas escolas oficiais norte-americanas.

Por isso, em 2005, existiam na rede comunitária e pública norte-americana 166 escolas, desde o pré-escolar ao ensino secundário, espalhadas por 13 Estados, com 16 mil alunos.

Infelizmente, todas estas escolas não têm tido das autoridades portuguesas qualquer tipo de apoio, quer a nível financeiro, quer a nível de materiais didácticos, apesar de Portugal considerar insubstituível o papel destas na preservação e transmissão da cultura e da língua portuguesa. É por isso que tal situação tem motivado um rol de queixas, junto dos vários Secretários de Estado das Comunidades e de outros membros do governo que visitam a diáspora.

Por isso, cansados de esperar, professores, directores escolares e pais dos alunos entendem que é tempo de deixarem de “pedir esmolas a Lisboa” e de seguirem o seu próprio sistema de ensino, formando os seus professores.

Será este o caminho a seguir?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros de Governo:

Se o Governo da República esquece as nossas comunidades, o mesmo não deveria acontecer da parte do governo regional dos Açores, que tem a obrigação ética e política de apoiá-las, patrocinando o ensino da língua portuguesa, direccionado para a nossa diáspora.

A Direcção Regional das Comunidades existe, exactamente, para apoiar a nossa diáspora, em termos supletivos e neste caso concreto para incentivar e acompanhar o ensino da língua portuguesa junto dos filhos dos nossos emigrantes. É preciso mais acções concretas no que é fundamental, como é o caso do ensino da língua materna e menos foguetório no acessório.

Para os responsáveis comunitários, muitas vezes, nem é tão pouco a falta de apoio financeiro ou de livros que mais afecta os que se dedicam à tarefa do ensino da nossa língua, mas sim a falta de estímulo, que causa grande desmotivação aos que têm a missão de ensinar e expandir a língua nas nossas comunidades.

De acordo com Graça Castanho, ex Conselheira de Ensino do Português para os Estados Unidos e Bermudas, a nossa comunidade tem dado provas, mais que

suficientes, de ser capaz de organizar escolas e continuar a transmissão do legado linguístico-cultural às novas gerações, esperando que o esforço dos diversos intervenientes na melhoria da qualidade do ensino do português ministrado naquelas instituições continue, de modo a que a língua portuguesa não deixe de ser ensinada junto dos luso-descendentes.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Do Governo Regional espera-se, e aqui a razão deste apelo, um contributo activo para a modernização das escolas comunitárias, designadamente na criação de bibliotecas, no envio de livros escolares e sobretudo na formação de professores, de modo a se incutir o interesse dos luso-descendentes pela língua portuguesa.

É verdade que existem muitas dificuldades para motivar os filhos dos emigrantes a frequentarem as escolas portuguesas, em horários pós-escolares, pelo que a Direcção Regional das Comunidades, em conjunto com as autoridades portuguesas, deveria dar mais atenção a este problema, de modo a contribuir para a criação de uma escola mais atractiva. Para tal, importa promover mais acções de formação para os professores e disponibilizar apoios financeiros para as escolas comunitárias.

Trago esta questão a esta tribuna porque uma apreensão se destaca nesta situação: as escolas comunitárias de ensino da língua portuguesa registam, cada vez mais, menor frequência de alunos, o que não é alheio o facto da falta de apoio oficial. Por isso Claudinor Salomão, Conselheiro das Comunidades dos Estados Unidos e Bermudas, aquando da famigerada declaração do Presidente Bush, comparando o ensino da língua portuguesa nos Estados Unidos a uma escola de vela num catamarã, reagiu declarando: “equivalente menosprezo temos nós recebido por parte do governo português, através da mais completa ausência e omissão, relativamente aos compromissos assumidos em matéria de ensino da língua portuguesa”.

No caso concreto do Canadá, a formação dos professores regista uma lacuna grave, porque não só não reflecte a realidade açoriana ou portuguesa, como o seu conhecimento do português é por vezes quase básico.



Os professores precisam de que quem os coordene tenha melhor conhecimento da cultura destas ilhas, quando 80% dos portugueses em Toronto e áreas envolventes, são de origem açoriana.

Seria importante que estes professores tivessem formação nos Açores, num contributo importante do Governo Açoriano. Só com professores bem preparados, poderemos assegurar e desenvolver o orgulho e o interesse pela herança cultural e pela língua.

O sucesso do ensino do italiano e do espanhol no Canadá e Estados Unidos deve constituir para nós um exemplo, pois os professores que leccionam nas escolas das respectivas diásporas recebem apoios substanciais, e deslocam-se aos respectivos países de origem a fim de obterem a formação específica para leccionarem aos filhos dos emigrantes. Nenhum mal viria ao mundo se seguíssemos estes bons exemplos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ontem, comemorou-se o Dia Nacional do Canadá, pelo que daqui saudamos aquela celebração festiva. Trata-se de um país amigo que acolhe muitos açorianos que elegeram aquela grande nação norte-americana para ali viverem, transformando-a em sua segunda pátria. Sentimo-nos em casa, seja na Dundas St, seja no Boulevard de Saint Laurent, onde labutam muitos açorianos que contribuem activamente para o progresso e desenvolvimento do Canadá, em respeito e entendimento tranquilo com as restantes etnias.

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Estão inscritos para esclarecimentos o Sr. Deputado José San-Bento, a Sra. Deputada Piedade Lalande e o Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

\* **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começava por referir e registar este facto curioso do Sr. Deputado António Pedro Costa, ilustre deputado da Ilha de São Miguel e residente na cidade da Ribeira Grande, escolher e trazer a este Parlamento, mais uma vez, uma questão que tem a ver essencialmente com o Governo da República, o que diz muito sobre a forma como os Açores têm sido governados e que desmente até, do ponto de vista político e formal, aquilo que acabou por ser dito há pouco pelo presidente do seu Grupo Parlamentar.

Sr. Deputado, o senhor traz aqui um tema que é muito importante, é um problema que conhecemos, que tem tido um seguimento da parte do Partido Socialista e deste Grupo Parlamentar, como já aqui falámos no passado e também quando discutimos o Plano e Orçamento. Esse tema é referido e discutido por nós dentro das limitações que os Açores têm nesta matéria.

É bom também que se refira que esta questão do ensino do português nos Estados Unidos e no Canadá, os dois exemplos que o Sr. Deputado aqui trouxe, têm muito a ver com a Secretaria de Estado das Comunidades e também com aquilo que é a realidade actual do Instituto Camões e com as dificuldades financeiras que esse instrumento operacional tem tido.

Deixe-me dizer, Sr. Deputado, com toda a franqueza que, como o senhor conhece, e mesmo tendo em conta as dificuldades financeiras do Governo da República no actual quadro que o país vive, eu julgo que é justo também referir o esforço que tem sido feito de revitalização e de reconstrução de uma herança desastrosa deixada pelo Governo de Durão Barroso.

Para isso o senhor poderia ter citado também a Dra. Graça Castanho que também já falou connosco e que é uma boa testemunha de uma situação muito difícil, de desinvestimento e de atrofamento que o Governo da República da responsabilidade do seu partido deixou-nos como herança.

Relembro, todavia, Sr. Deputado, que naquilo que é e que toca às responsabilidades do Governo Regional dos Açores, muito tem sido feito para resolver e para minorar esses problemas.

Posso dar-lhe vários exemplos ao nível daquilo que têm sido diversas publicações, livros, um espólio muito variado, vários materiais e suportes

didáticos, intercâmbios, estudos, formação de professores, tudo isso tem sido reconhecido, apesar das queixas, no próprio Conselho das Comunidades e mesmo das Casas dos Açores.

Gostava também de referir que numa viagem realizada pela Comissão de Política Geral, que infelizmente o senhor não pôde participar, ao estado da Califórnia, no Tulare High School, fomos recebidos pelo Sr. Professor Dinis Borges. Ele foi uma clara testemunha do grande esforço que o Governo Regional tem feito, dentro das suas competências e dentro daquilo que é possível, no apoio ao ensino da língua portuguesa nos Estados Unidos, em particular.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

**O Orador:** Já termino, Sr. Presidente.

É bom que isso fique claro.

Da parte do Governo e da parte do Partido Socialista tem havia esse esforço.

Existe indiscutivelmente o reconhecimento pela importância dessas funções e desses desenvolvimentos que têm sido sentidos no Canadá e nos Estados Unidos.

Portanto, Sr. Deputado, gostava apenas de referir que não partilhamos do seu pessimismo.

Existem dificuldades, é certo, mas estamos optimistas. Achamos que há razões para perspectivarmos o futuro com esta nota de optimismo.

Também queria dizer que, quanto mais apoios são prestados, maior é a exigência.

Isso é um processo natural do desenvolvimento, mas é bom que se diga que essa realidade tem sido também notória.

Todavia o Partido Socialista continuará, no âmbito da sua influência, a desenvolver as iniciativas que nos parecerem adequadas para melhorar o ensino da língua portuguesa, sobretudo nas zonas da nossa diáspora.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

\* **Deputada Piedade Lalanda** (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de reagir à intervenção do Sr. Deputado António Pedro Costa. Desde logo, ocorrem-me três formas de apoio que o Governo Regional tem dado, através da Direcção das Comunidades, à comunidade emigrante.

Uma delas, e eu até participei nela há alguns atrás e penso que se mantém, é o apoio à formação de dirigentes de grupos culturais, nomeadamente grupos folclóricos.

A outra, são os cursos de Verão para jovens descendentes de emigrantes que são realizados na Universidade dos Açores todos os anos, e penso que este ano está de novo em curso.

A terceira, mais recente, é o programa realizado em cooperação com a SATA, proporcionando a visita de emigrantes, com mais de 20 anos de ausência da sua terra Natal, à sua ilha de origem.

De qualquer maneira, independentemente destes programas e destas iniciativas do Governo Regional, acho que o Sr. Deputado António Pedro Costa, está um bocadinho desfasado do tempo.

A realidade da emigração hoje em dia é ínfima, do ponto de vista estatístico.

Estamos perante uma terceira geração de emigrantes; estamos perante emigrantes nascidos nos Açores; estamos perante netos, se calhar bisnetos de emigrantes açorianos.

A nossa estratégia de apoio deve ser de apoio à identidade afectiva desses emigrantes, mas facilitar e promover a integração dos emigrantes no país de emigração, porque o mais importante é, evitar, por exemplo, o fenómeno do repatriamento; o mais importante é que os nossos emigrantes se integrem na vida política dos países que eles escolheram por adopção, que escolheram para trabalhar; o mais importante é vê-los integrados e eleitos nas listas dos diferentes partidos nos Estados Unidos ou no Canadá. Esse é o aspecto mais importante, é promover a integração dos nossos descendentes que escolheram os Estados Unidos ou o Canadá nos países onde eles estão a residir.

No que se refere à questão da língua portuguesa é evidente que aquilo que se fez há 20 ou há 25 anos atrás, em prol da promoção da língua portuguesa, não faz sentido hoje em dia.

Faz mais sentido hoje em dia que sejam as famílias e as associações culturais a promoverem esta medida porque os netos e os bisnetos dos emigrantes, nos anos 60, precisam e querem falar inglês. Não querem viver num gueto nos Estados Unidos ou no Canadá. Querem ser cidadãos de pleno direito.

Nesse sentido, a língua portuguesa é para estes jovens uma língua afectiva.

Portanto, como língua afectiva que é, deve ser transmitida, em primeiro lugar, pelos seus pais, por aqueles que têm a responsabilidade de manter essa relação afectiva com a terra de origem.

Acho que os senhores recuaram no tempo e ainda estão a falar de uma emigração de pessoas que, infelizmente, durante demasiado tempo, viveram fechadas num gueto, onde não era preciso falar inglês.

Esses guetos na América acho que não são de promover, mas ao contrário, são de promover a integração dos nossos emigrantes.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

\* **Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Para dar conta, em relação à intervenção do Sr. Deputado António Pedro Costa, que esta é uma temática que o Governo Regional tem acompanhado, nomeadamente através da Direcção Regional das Comunidades.

Conforme foi bem salientado pelo Sr. Deputado, esta é uma matéria que tem exactamente a ver com a actuação, em primeira grandeza, da Secretaria de Estado das Comunidades, com o Instituto de Camões.

Não obstante e conforme já foi salientado pelo Sr. Deputado José San-Bento, o Governo Regional, quer directamente para instituições de ensino, quer para colectividades e para associações culturais de diversa natureza e de diversa ordem, tem feito um esforço muito significativo no sentido de dotar essas instituições com os meios, não apenas relativos à língua portuguesa, mas de preservação da nossa memória, de preservação da nossa cultura.

Mas há sobretudo aqui uma forma que me parece importante salientar a este propósito. Cada vez mais temos que evitar que a nossa cultura seja sinónimo de uma determinada época do passado.

Penso que o Sr. Deputado percebe o que é que quero dizer. Temos que evitar que a identificação com a cultura açoriana, por exemplo, seja apenas exemplos significativos do carro de bois ou da forma como, num determinado espaço temporal, o nosso povo vivia.

Cada vez mais há a necessidade de salientar uma abordagem cultural à realidade que os Açores e o país vivem no momento, uma abordagem mais vasta, mais ampla, mas também sobretudo o de permitir que as nossas comunidades emigrantes possam afirmar-se nas suas comunidades de acolhimento (o caso de diversos estados na Nova Inglaterra, na Califórnia, no Canadá e no Brasil) com esta herança portuguesa, com esta herança açoriana, mas também com um cuidado muito significativo no sentido de, integrando a nível político, económico, social e cultural nestas comunidades de acolhimento (e estou convencido disso) valorizar esta herança.

Nessa medida a actuação do Governo Regional tem sido exactamente no sentido de procurar sempre um bom ponto de equilíbrio entre a aposta e o incentivo a essa afirmação, e por outro lado, a todos os mecanismos que possam ajudar a preservar a nossa cultura, a nossa história e também, como é óbvio, a nossa língua.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

\* **Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Entendo que não é pessimismo o que eu trouxe a esta tribuna. Acho que é uma realidade dura que me é transmitida pelos responsáveis comunitários das nossas comunidades da diáspora.

Por isso, julgo que é uma matéria de interesse para nós, porque aquilo que se passa na nossa diáspora deve também fazer parte das nossas preocupações do dia-a-dia.

É verdade que o Governo Regional tem promovido várias actividades, e todos reconhecemos, tendo em vista a promoção da herança cultural, junto das nossas comunidades. Ninguém o nega.

No entanto, reafirmo que muitos responsáveis queixam-se exactamente da falta de apoio para muitas outras situações, como é o caso do ensino da língua, onde há uma manifesta falta de apoio na formação dos professores que são deixados à sua sorte. Isto também é uma forma de integração. Os nossos emigrantes podem, com base no orgulho e da herança cultural, afirmar-se de forma mais qualitativa nestas paragens.

Muitos professores, infelizmente não têm tido a habilitação adequada para leccionar. Esse é o grande problema e é esse apelo que se faz, para que essa gente esteja devidamente apoiada nesse aspecto.

É possível apoiar as nossas comunidades com acções de formação material e material didáctico para que as nossas comunidades se sintam estimuladas a promover o ensino da língua.

É preciso mais acções concretas e menos foguetório, porque há muitas viagens que se fazem que não têm em conta a prioridade exactamente das iniciativas que são necessárias para que essa consolidação da nossa herança cultural no Norte da América seja de facto uma realidade e não se fique por aqui e não fique só pela saudadezinha, mas que seja uma forma de afirmação positiva e cada vez mais qualitativa dos nossos emigrantes junto de todas as instituições, designadamente a nível político, a nível social e a nível comunitário.

É preciso, de facto, que não nos conformemos com esta situação, mas temos que demonstrar – e é um sinal que esta Assembleia devia dar – solidariedade para com os problemas dos nossos emigrantes.

Cada vez mais é isso que não encontro e, infelizmente, não vejo da parte do Partido Socialista essa preocupação de demonstrar solidariedade, e já várias vezes foi cobrada essa solidariedade, para com os nossos emigrantes.

Muito obrigado.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Mariana Matos.

**Deputada Mariana Matos (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Temos sempre defendido que a Cultura não é uma instância isolada; que é parte integrante das vivências dos povos, que é uma ideia; que não é um produto; que as manifestações culturais não se resumem aos cestos de vimes e às canções populares; que são isso, mas que são mais, que são “espada plantada à beira da ternura/pássaro ardendo na amplidão do sangue/foice poema flor ou pedra dura”, (citei Emanuel Félix). Temos sempre dito que tudo o que o PS deseja e tudo o que o PS reclama nesta Assembleia e no Governo Regional dos Açores é executado com o intuito de dar maior reconhecimento à Cultura, como factor económico, de integração social e de cidadania; para valorizar a diversidade cultural, para ensinar a fruir, para cultivar cultura nas pessoas e proporcionar-lhes, cada vez mais, o acesso ao mundo inteiro.

A nós, o que sempre nos moveu e move são as pessoas. Os seus gostos e os seus estilos. O seu tempo e a preservação do passado, orgulhosamente hasteado, como a “bandeira que nos guia”, que, por um lado nos fixa a um modo de ser, estar e permanecer e, por outro nos permite seguir o caminho que entendermos, conscientes de que tudo fizemos para preservar a memória dos que estiveram, dos que estão e de todos os que vierem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Revimos os sistemas de apoios instituídos, quer para as actividades culturais, quer para a área do património, como é o caso do Regime Geral de Arquivos e de património arquivístico regional. Damo-nos bem com o nosso passado. Damo-nos tão bem com ele que cuidámos dele e quisemos mostrá-lo, sem vergonha. Para nós os bens patrimoniais são únicos e o desaparecimento de um deles é uma perda definitiva e um empobrecimento irreversível para toda a humanidade.

No domínio da política de conservação do nosso património é tempo de realçar quão extraordinariamente significativa é a obra que está feita, e bem feita, e a



que aquela que ainda falta fazer. Lembremos, pois, a Biblioteca Pública e Arquivo da Horta; a Casa Pimentel Mesquita – adaptação a Biblioteca; a empreitada de ampliação do Museu dos Baleeiros; a Fábrica da Baleia do Boqueirão, na ilha das Flores; a Biblioteca Municipal de São Roque do Pico; a remodelação da igreja da Freguesia da Fajã de Baixo, em Ponta Delgada, as obras de ampliação do museu da Graciosa; as obras de conservação do museu de Angra do Heroísmo; as obras de conservação do Recolhimento de Santa Bárbara, em Ponta Delgada; as obras de conservação do Museu Carlos Machado; o Centro de Arte Contemporânea; a Casa Armando Cortes Rodrigues; o Núcleo de Arte Sacra, na Igreja do Colégio, em Ponta Delgada; a Biblioteca Municipal de Vila do Corvo; entre outros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os edifícios que hoje estão construídos e remodelados nos Açores são condição essencial para a promoção cultural da nossa Região. De nenhum caso nos arrependemos e cada um deles cumpre agora o seu destino – são uma contribuição dos Açores para um mundo mais rico e variado e são mais uma forma de, não só alargar as possibilidades de escolha, como também, inventar novas formas de ver o horizonte. Queremos que a nossa comunidade crie vínculos de memória e participação. Por isso, não nos limitamos a dar nomes pomposos aos edifícios.

Não faz parte da política do Partido Socialista/Açores. Nós, no Grupo Parlamentar e no Governo dos Açores seguimos à risca o que escreveu Dietrich Schwanitz, escritor alemão, sobre cultura, e cito: “ela não pode apresentar-se como uma norma opressora, como uma tarefa desagradável, como forma de concorrência ou até sob a forma de uma arrogante adulação de si próprio.”

Porque sabemos isto, não fazemos das igrejas armazéns, nem, por exemplo, da casa de Armando Cortes Rodrigues ou de nenhum outro vulto da cultura açoriana, um Centro de Estudos com cozinha, balneários e bar. É preciso muito mais do que o nome na placa e a fotografia para o jornal. Fazer só isso, sem princípios ou estratégia, é reduzir a política cultural a uma zona opaca, aonde se

misturam, sem distinção possível, o afã mediático e “ a arrogante adulação de si próprio”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É indiscutível, do nosso ponto de vista, que as transformações que foram feitas e que estão em curso ou que se preparam para acontecer, resultam do entendimento assertivo de que o património, além de ter valor artístico e representar memória histórica, é também um factor determinante para a construção da nossa identidade. É nossa convicção que a diversidade cultural é indispensável ao desenvolvimento dos Açores, devendo continuar a promover-se o contacto e a interacção com outras culturas. Porém, é fundamental que tenhamos identidade própria, sob pena de aqui, como em outros lugares no mundo, surgirem, situações de desentendimento e conflito.

Face a um mundo cada vez mais globalizado, não abandonaremos a defesa intransigente do nosso Património. Fá-lo-emos de forma transversal e consequente. É que, para nós, é, como sempre foi, tão prioritário construir estradas, escolas, portos e aeroportos, como fazer obras nos nossos museus e bibliotecas, criar incentivos para os agentes culturais ou, ainda, formar novos públicos, através de dezenas de actividades, que têm vindo a acontecer nas nossas escolas, bibliotecas e centros culturais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muitos dirão que não é importante ou que é menos importante ou até, quem sabe, que não é nada importante. Não faz mal. Reconhecemos que são esforçados nos gestos, mas falhados na forma. É com orgulho na obra feita que assistimos à passeata dessas figurinhas. Deles, a literatura tratou com primazia, representando-os em personagens tão memoráveis como, por exemplo, o Eusebiozinho de Eça de Queiroz, a Alcoviteira de Gil Vicente ou o Sancho Pança de Cervantes. Mais pessimistas do que o Velho do Restelo; menos sonhadores do que o Príncipezinho de Saint Exúpery e menos, muito menos corajosos que Gomes Freire de Andrade de Luís Stau Monteiro, eles ainda não entenderam que: “ O verso é uma vitória sobre os limites da linguagem”, como escreveu Drummond de Andrade. É pena, mas urgente que descubram o avesso

do mundo para deixarem de se perder nas rimas cruzadas, que só os têm conduzido ao enriço.

É pois de orgulho, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, de orgulho em ser açorianos, que falamos, sempre que nos pronunciamos neste parlamento sobre cultura. Orgulho, esse, que está intrinsecamente relacionado com outras ideias como identidade, criatividade e equilíbrio.

É, pois, com base nisto, que nos regozijamos, também, com o que representa de inovação o Centro de Conhecimento dos Açores, a Rede Regional de Museus; a classificação da Baía de Angra do Heroísmo, como parque arqueológico Subaquático; a criação de uma enciclopédia açoriana; com o Sucesso da Orquestra Lira Açoriana, entre tantos outros acontecimentos culturais.

Não podemos deixar de mencionar o concurso LabJovem, a enorme adesão dos nossos jovens criadores; a criação do Laboratório Escola-Móvel de Teatro; o Música Açores, Festival de Música Contemporânea e a imensa efervescência de agentes culturais, que organizados em associações e/ou empresas têm trazido ao arquipélago essa nova cadência de movimentos, tão dignificadoras das Democracias saudáveis e de pleno fôlego, que o Partido Socialista/Açores, não só tem defendido, como tem exercido. São cada vez mais e melhores os incentivos a diferentes práticas, quer seja nas ruas, nas escolas, nas oficinas, nos workshops, nos concertos abertos, nas livrarias. Tudo temos feito para, por um lado, fomentar a actividade cultural, enquanto forma de preservação da identidade colectiva e, por outro, potenciar um desenvolvimento equilibrado da comunidade açoriana.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A convenção da Unesco sobre a protecção e a promoção da Diversidade das Expressões Culturais, aprovada no ano de 2005, reconhece a importância da sabedoria tradicional e admite a necessidade de tomar medidas para proteger a diversidade das expressões culturais e respectivos conteúdos. Tais desígnios, explicitamente referenciados, nos pontos oito e nove da supracitada convenção encontram real representação nos Açores, em fenómenos tão importantes e

emblemáticos da nossa identidade, como as Festas do Espírito Santo, que se realizam em todas as ilhas dos Açores, as festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres ou, por exemplo, as Danças e Bailinhos de Carnaval, na ilha Terceira. São traços característicos e indeléveis de uma identidade substancialmente relacionada com a vivência dos ilhéus. É, assim através dessa marca orgulhosamente assumida por todos os nossos antepassados, por nós presentemente e pelos nossos filhos e netos, certamente, que os Açores respiram.

Sabemos que a contínua abertura dos Açores ao mundo, trará ainda mais novas formas de fazer cultura, o que, no que respeita ao Partido Socialista/Açores nos tranquiliza. O concurso internacional Azores Combo Artcamp foi disso exemplo. O LabJovem já o tinha sido e basta a cada um de nós andar pelas cidades, vilas e freguesias dos Açores para perceber que como, escreveu Álamo de Oliveira, “talvez seja possível ainda pintar gaivotas na testa”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Cultura é geradora do conhecimento transformador e tem importância eficaz na descoberta de novos paradigmas de desenvolvimento.

Mas, tudo isso só acontece, quando se consegue compreender que a tradição não é o passado da modernidade, que a modernidade não é o futuro da tradição e que, uma e a outra são primordiais para fortalecer a nossa identidade, através de tudo o que ambas constroem de saberes, artes, religiosidade, festividades e celebrações e de como tudo isto se situa em permanente diálogo com os novos desafios.

O tempo que ainda falta ditará a verdade sobre quantos de nós, serão ou não capazes de entender, que se as ilhas são ” um lugar de embarcar em barcos de papel”, como deixou dito o poeta José Martins Garcia, nada nos move melhor, com efeitos mais decisivos e socialmente responsáveis, do que o orgulho em ser daqui, destas ilhas.

Os sonhos são possíveis. Vivê-los também...

Disse!...

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Maria José Duarte.

**Deputada Maria José Duarte (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Mariana Matos:

Já tive o prazer de lhe dizer que a Sra. Deputada escreve muito bem. É um elogio, mas é um elogio sincero

No que respeita à sua intervenção, se me permite, gostaria de referir que a preocupação do Governo não deverá ser, unicamente a de construir e recuperar edifícios culturais, não deverá ser unicamente a de realizar programas e iniciativas culturais, deverá ser também, a de por tudo isto ao serviço das pessoas. Para tal, deverá por um lado, ser efectuada uma divulgação adequada, o que na maioria das vezes não acontece, e por outro, dar a devida atenção e ser mais responsável na organização de iniciativas de grande importância, e não como muitas vezes tem acontecido, organizá-las «em cima do joelho» e de uma forma irresponsável como foi o caso, por exemplo, da exposição dos tesouros da Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada que, por não haver vigilância, o selo da única bula existente nos Açores, repito, da única Bula existente nos Açores foi roubado.

No que respeita à construção e recuperação de edifícios para pô-los ao serviço da cultura, do público, infelizmente alguns deles, pura e simplesmente estão encerrados durante alguns dias da semana como é o caso, por exemplo, da Morada da Escrita, em Ponta Delgada.

Reconheço a importância da recuperação da casa onde viveu Armando Cortes Rodrigues, reconheço a importância de pô-la ao serviço da literatura, ao serviço da cultura e do público.

Reconheço também que é um espaço de grande importância, é um espaço vanguardista no que respeita ao equipamento disponibilizado aos utentes, mas também reconheço que foram gastos do erário público milhares e milhares de euros para (e pasme-se!) encontrar-se fechada não só à Segunda e Quinta-Feira

e ao Domingo, mas também durante todo o mês de Agosto e durante todo o Verão, ao Sábado.

Nos dias em que se encontra aberta ao público, ou seja, às Terças, Quartas, Sextas e Sábados, (durante o Inverno), pura e simplesmente funciona das 14 às 17 horas. Realmente isso é incrível! Realmente isto só pode acontecer com os Governos do Partido Socialista! Gasta-se milhares e milhares de euros, na reconstrução de uma casa onde viveu um grande escritor açoriano, neste caso micaelense, para depois não cumprir com o papel para que foi criada, para não estar aberta durante todos os dias da semana e no horário que realmente sirva os interesses do público.

Disse.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Mariana Matos.

\* **Deputada Mariana Matos (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, Sra. Deputada Maria José Duarte, quero agradecer-lhe o elogio e também dizer-lhe que estou sempre atenta àquilo que escreve e que vai dizendo a propósito de cultura nesta Assembleia.

Por esse motivo, queria congratular-me pelo facto da Sra. Deputada, ao contrário de outras intervenções nesta Assembleia, não ter perguntado, por exemplo, onde está a política cultural do Governo, como o fez por diversas vezes. Isso significa que assume que o Governo do Partido Socialista tem política cultural.

Por outro lado, gostava de citá-la, numa intervenção sua de 10 de Maio de 2005, em que a senhora dizia que a cultura é um conceito, mas também é uma realidade muito complexa, muito rica, que tem que ser tratada e abordada com seriedade e com respeito.

Sra. Deputada, nomeadamente em relação à casa Armando Cortes Rodrigues, os defeitos que a senhora tem a apontar é o horário?

Outra coisa que penso que não entendeu em relação à minha intervenção.

Eu falei de todos os equipamentos culturais construídos e remodelados pelo Governo Regional dos Açores do Partido Socialista.

A Sra. Deputada acha que as pessoas não têm usufruído desses espaços?

Penso que toda a obra visível e efectuada pelo Governo do PS para a área cultural, o usufruto que os cidadãos têm tirado é enorme. Basta ver as taxas de participação.

Não tenho mais nada a dizer sobre a sua intervenção.

Obrigada.

*(O Sr. Presidente foi substituído na Mesa pela Vice-Presidente, Deputada Fernanda Mendes)*

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Maria José Duarte.

**Deputada Maria José Duarte (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não está em questão a maneira como a obra foi reconstruída. O que está em questão é como o Governo disponibiliza este edifício para ser utilizado pelo público. Porque a Morada da Escrita foi criada para servir os cidadãos da forma mais conveniente para estes.

A Sra. Deputada Mariana Matos concorda que uma obra, onde foram gastos milhares e milhares de euros, como já referi, do erário público, esteja encerrada durante alguns dias da semana?

Um turista, ou mesmo eu, que queira ir lá, por exemplo, à Segunda-Feira, encontro a porta fechada. A senhora concorda com isso?

Concorda que nos dias em que a Morada da Escrita está aberta, funcione apenas das 14 às 17 horas?

Concorda que durante o Verão, no mês de Agosto, esteja encerrado, no mês em que há maior afluência turística?

A senhora concorda que ao Sábado esteja encerrado durante todo o Verão?

Eu acho que não! Se concorda, gostaria de saber o porquê?

**Deputado Aires Reis (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Mariana Matos.

\* **Deputada Mariana Matos (PS)**: Srs. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É uma questão de critério, Sra. Deputada Maria José Duarte.

Eu concordo que tenham gasto dinheiro para fazer as obras, que tenham aberto a casa Armando Cortes Rodrigues e que ela seja hoje um ponto de referência cultural na cidade de Ponta Delgada.

Portanto, não tenho mais nada a dizer sobre o assunto.

Obrigada.

**Presidente**: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

**Deputado António Ventura (PSD)**: Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exma. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional tem faltado com a sua palavra aos Agricultores num conjunto de matérias. Anuncia e não cumpre, volta a anunciar e não cumpre, ou seja, está em incumprimento.

Hoje, queremos referir duas matérias em concreto: as candidaturas aos projectos de investimento no âmbito do Quadro de Referência Estratégico e o pagamento dos apoios comunitários.

Em 2007 o Governo Regional disse aos Agricultores que poderiam fazer as suas candidaturas ao investimento no final desse ano.

Em Outubro de 2007 o Governo Regional informa a abertura das candidaturas durante o primeiro trimestre de 2008.

A 24 de Abril de 2008 na inauguração da Feira Agroter, isto é, já depois do primeiro trimestre, o Governo no discurso de abertura, com grande pompa comunica que se encontrava disponível na internet, a partir desse dia, a possibilidade dos Agricultores efectuarem as candidaturas.

Hoje 2 de Julho ainda não é possível enviar candidaturas.

Perceba-se que os investimentos na Agricultura são fundamentais para a progressiva modernização e a necessária adaptabilidade dos processos produtivos que exigem os tempos que atravessamos.

O mesmo também se repete com o pagamento dos apoios comunitários.



Tem sido várias as contrariedades que ocorrem no processo de pagamento das ajudas aos agricultores, com datas repetidamente a não serem cumpridas, implicando dificuldades em toda a economia dos Açores.

O Governo sempre se refugiou, independentemente de serem ajudas directas ou não, que todas as ajudas seriam pagas até 30 de Junho de 2008.

Mais uma vez esta foi uma afirmação desprovida de verdade, existem Agricultores que ainda não receberam as ajudas comunitárias e nem sabem quando irão receber.

Confrontados com estas complicações, os Agricultores sentem-se, negativamente, afectados na previsibilidade, na competitividade e na sustentabilidade da sua actividade.

Tudo isto acontece num momento em que sobem os factores de produção, num momento em que o rendimento proveniente da carne de bovino atravessa uma das suas piores crises.

A falta de rigor das palavras do Governo tem contribuído para elevar o descrédito sobre esta actividade, diminuir a iniciativa agrícola e acentuar a tendência de saída de activos agrícolas.

Hoje em dia em Agricultura ter confiança nas instituições públicas é tão importante como ter factores de produção baratos ou ter bons solos.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Perceba-se que esta não é uma actividade isolada, a sociedade Açoriana depende cada vez mais dos Agricultores e das suas actividades.

Exma. Sra. Presidente, Exma. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Exma. Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deixe-se o Governo de estar em permanente campanha eleitoral e governe, ou seja, diga com rigor quando poderão os Agricultores se candidatarem aos projectos de investimento e quando serão pagos os apoios comunitários em falta.

Seja o Governo sensível às dificuldades das pessoas.

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Ventura.

**\* Deputado Henrique Ventura (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez e repetidamente o Deputado António Ventura trouxe-nos aqui as novidades, as novidades que só ele conhece. De novo não nos trouxe nada.

Vem, novamente, referir que as candidaturas aos projectos no âmbito do PRORURAL não tinham as datas previstas, esquecendo-se, sim, que o PRORUAL teve algum atraso na sua aprovação e que nem sequer foi originado nos Açores, mas sim em zonas do Continente.

Portanto, o atraso na aprovação do PRORURAL deveu-se ...

**Deputado António Ventura (PSD):** A culpa está sempre longe!

**O Orador:** Especialmente, no PSD!

Conforme o Sr. Deputado António Ventura sabe, e todos sabemos, porque já foi por diversas vezes explicado nesta casa pelo Sr. Secretário da Agricultura e Florestas, os atrasos do PRORURAL não se deveram a factos originados na Região Autónoma dos Açores.

O que foi dito foi que durante o mês de Maio se poderiam começar a candidatar. É exactamente o que está a acontecer.

Em relação às ajudas comunitárias, parece impossível que o Sr. Deputado António Ventura volte a trazer a esta casa aquilo que ele considera de atrasos nas ajudas comunitárias.

**Deputado António Ventura (PSD):** Se não são atrasos, então o que é?!

**O Orador:** Já vamos lá!

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Está a pensar!

**O Orador:** Não tenho que pensar! Já está pensado!

Já foi aqui dito por diversas vezes, mas parece que é sempre bom repetir, porque quando falamos com pessoas que não querem perceber é sempre possível explicar melhor.

Então diria mais uma vez que o Deputado António Ventura sabe, tão bem quanto eu, que as ajudas comunitárias tiveram duas origens. Uma delas foi no PRORURAL, que foi aprovado, conforme já foi aqui referido, tardiamente ou mais tarde do que aquilo que estava previsto.

Por isso, em relação às indemnizações compensatórias, só poderiam ser recebidas a partir dessa data.

Além disso é preciso que o senhor não se esqueça, que seja verdadeiro e traga aqui a verdade dos factos, de que algumas dessas ajudas dependem dos controlos de campo, que estão a ser levados a cabo e que naturalmente as pessoas vão receber.

Ficava-me por aqui, porque o Deputado António Ventura já nos habituou a esta necessidade de mostrar trabalho, e isso foi uma questão que já foi aqui levantada e já foi aqui discutida esta manhã, e esta foi mais uma dessas tentativas.

**Deputado António Marinho (PSD):** Estamos na parte da tarde, Sr. Deputado.

A manhã já terminou!

**O Orador:** Como nós começámos da parte da tarde, o princípio da sessão pode ser considerado amanhã de dia.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Deputado António Marinho (PSD):** Essa é nova!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

**\* Deputado António Ventura (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A sua última afirmação, Sr. Deputado Henrique Ventura, demonstra bem a forma como distorce as coisas. A parte da tarde, considerada como parte da manhã.

Vamos a factos.

Penso que há aqui uma grande falta de respeito para com os agricultores, quando se minimiza esta situação que há atrasos no PRORURAL quando é o próprio Governo Regional que anuncia, por quatro vezes, a abertura dos projectos de investimento aos agricultores.

O próprio site do GACs diz: “as candidaturas aos financiamentos comunitários no âmbito do programa do desenvolvimento rural podem ser formalizadas a partir de hoje na internet.”

Eu próprio estive na inauguração da Feira da AGROTER, no dia 24 de Abril. Estamos a 2 de Julho e não é possível.

Então o Governo atira as datas à sorte? Não acerta? Isto não tem consequência na vida das pessoas? Então as pessoas que estão à espera de fazer os seus investimentos, ficam à espera para o dia 24 de Abril? Ficam à espera para o fim de 2007? Para o primeiro trimestre de 2008? Para o dia 24 de Abril ou não sei quantos de Maio, de Junho ou Julho? Isso não tem consequências?

É dizer e acabou-se?

Não se apura responsabilidades?

O Governo é responsável no atraso que existe.

O Governo é responsável na desincentivação, na desmotivação que existe na agricultura.

Essas palavras, sem rigor, têm consequência.

Portanto, não vale a pena chegar aqui e dizer que a culpa é do PRORURAL.

Então o Governo não sabe o que diz?

Atira dados sem mais nem menos?

Então é muito irresponsável, é pior do que eu pensava.

Por outro lado, relativamente aos apoios comunitários, ao longo desta legislatura temos vindo, de facto, a denunciar aquilo que são as ineficiências de todo esse processo.

O Governo Regional sempre se refugiou e atirou a bola para a frente, mais uma vez, dizendo que do dia 1 de Dezembro a 30 de Junho todas as ajudas seriam pagas, perante o não cumprimento das várias datas anunciadas, que também teve consequências na vida dos agricultores.

Chega-se ao dia 30 de Junho, em que os agricultores estavam à espera desses apoios financeiros, e eles não chegaram à conta das pessoas. Mais grave, não sabem quando é que irão chegar.

Há uma parte dos apoios que chegou. Há outra parte que não chegou, quando foi o Governo Regional que anunciou que até 30 de Junho, por várias vezes nesta casa, todas as ajudas estariam pagas.

Isso não tem consequências na vida das pessoas?

Isso é falta de rigor e esta falta de rigor tem consequências negativas.

Eu não compreendo como é que os senhores continuam com essa falta de respeito, desculpando-se em situações que não têm nada que se desculpar. Têm é que responsabilizar o Governo Regional por isso, pelas suas palavras, pela sua falta de verdade. É isso que está em causa.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Ventura.

**\* Deputado Henrique Ventura (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já tinha alguma saudade de fazer um debate com o meu colega António Ventura. Fizemos um interregno, mas é sempre com imenso gosto que participo, mas gostaria de fazer um debate consigo com alguma coisa em concreto que trouxesse a esta sala.

Lançava-lhe o repto: se há agricultores descontos e que ainda não receberam a partir do dia 30 de Junho, que diga quantos são e onde é que estão?

É que pode dar-se o caso de estar aqui a referir números de agricultores madeirenses que ainda não tenham recebido.

Eu gostaria de ter a certeza se esses agricultores estão efectivamente na Região Autónoma dos Açores.

O que o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas sempre disse nesta casa foi que até 30 de Dezembro os pagamentos das candidaturas seriam feitos, exceptuando aqueles que estivessem sujeitos a controlo.

O que acontece é que o Sr. Deputado António Ventura encontra na sua vizinhança um agricultor desconto por alguma razão – temos ser claros: é uma

actividade em que há sempre algum descontentamento; eu fui agricultor durante 30 anos e todos os dias tinha uma novidade na minha exploração, todos os dias tinha alguma forma de descontentamento – traz aqui um recado de algum agricultor que conhece e generaliza aos agricultores açorianos. É esta a questão. Sr. Deputado, todas as candidaturas estão a ser pagas dentro dos prazos estabelecidos. Foi aquilo que foi aqui dito.

A falta de respeito fica consigo, quando o senhor nesta casa e nos artigos de jornal que escreve, demagogicamente, fala sobre a agricultura.

Se o senhor falasse sobre a agricultura tendo por base os factos reais, todos aceitaríamos a sua opinião, mas o que o senhor faz é pura demagogia.

O que gostaríamos que o senhor aqui trouxesse eram factos reais. Quando agricultores existem nos Açores que não receberam?

**Deputado António Ventura (PSD):** O senhor pergunte ao Governo!

**O Orador:** O senhor deve ter esses dados.

Isto demonstra que aquilo que referi antes tinha razão. O senhor encontra um agricultor descontente e faz disso um grande número.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

**\* Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar conta ao Sr. Deputado António Ventura que o Governo Regional está bem consciente da importância desta matéria e está bem consciente da necessidade de agir rápido e célere nestes processos. O Sr. Deputado, nesse aspecto, não traz novidade nenhuma.

O Sr. Deputado António Ventura tem experiência como agricultor, tem experiência até como líder associativo e sabe perfeitamente que, por vezes, nestes processos de candidatura e em todo o percurso até ao pagamento, existem situações que são alheias à vontade do agricultor e que acontecem e há

outras até que são alheias à vontade das autoridades de pagamento ou do Governo Regional e que também acontecem.

Isso para dar conta aqui de que esta visão de que o Governo está a complicar este assunto não corresponde minimamente à verdade.

Em segundo lugar, gostava de dizer ao Sr. Deputado António Ventura que o Governo, que afirmou que até 30 de Junho deste ano o assunto ficava resolvido, cumpriu a sua palavra, como é hábito.

Nos dias 26 e 27 de Junho foram transferidas para as contas dos agricultores cerca de 8 milhões de euros.

Portanto, em relação a este aspecto recomendava ao Sr. Deputado António Ventura alguma serenidade na análise desta questão.

O Sr. Deputado sabe, como eu também sei que o Sr. Deputado sabe, que, em termos de processos de candidaturas, há um conjunto de passos administrativos que podem atrasar, não por vontade do Governo. Basta um erro num dígito de um NIB e temos o processo complicado.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** O problema agora é informático!

**O Orador:** Não! O problema não é informático.

Basta haver um erro num dígito para termos um problema.

Os Srs. Deputados certamente não terão conhecimento desta matéria, mas sei que o Sr. Deputado António Ventura sabe do que é que eu estou a falar.

Por vezes há aqui um conjunto de outras matérias relativas, por exemplo, naqueles assuntos que têm a ver com áreas de terrenos, que uma mera diferença entre uma certidão de registo predial e uma certidão conservatória pode trazer alguns problemas a uma candidatura. Isso é um facto.

Agora, daqui concluir que da parte do Governo Regional existe qualquer tipo de menor cuidado ou qualquer tipo de menor atenção a esta matéria é perfeitamente falso.

Estes foram os valores que foram transferidos nos dias 26 e 27. Gostava também de dizer à câmara que não será por causa do Governo Regional que haverá atraso em relação aos pagamentos dos agricultores.

Todo aquele que é o processo fixado por esses pagamentos vai ser cumprido como deve ser cumprido, mas não será por causa do Governo Regional, ter menor cuidado, menor atenção ou menor celeridade que os agricultores não receberão o seu dinheiro atempadamente.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

\* **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário veio dar razão à importância da minha intervenção, contrariamente àquilo que fez o Deputado Henrique Ventura. De facto, é um assunto importante.

Nos últimos dias foram pagos, e eu disse, uma parte dos apoios comunitários. Estão por pagar as indemnizações compensatórias e as medidas agro-ambientais.

Se o Governo tivesse usado da humildade de reconhecer as dificuldades, ao longo desse tempo, e nunca ter balizado temporalmente o pagamento de 1 de Dezembro a 30 de Junho, independentemente das ajudas directas ou não, até era compreensível que pudessem existir factores externos que influenciassem o pagamento. Mas a questão é que, por várias vezes nesta casa, e lembro-me que por quatro vezes trouxemos este assunto, o Governo Regional sempre disse que de 1 de Dezembro a 30 de Junho todas as ajudas comunitárias deviam ser pagas. Chegou a 30 de Junho e não foram todas pagas. A questão é tão simples quanto esta.

Relativamente aos projectos de investimento, foram anunciadas quatro datas pelo Governo Regional para a abertura aos projectos de investimento.

Há uma que foi muito, muito solene, que foi na inauguração da feira AGROTER na Ilha Terceira. Estavam lá alguns deputados que estão hoje nesta casa.

A verdade é que hoje, dia 2 de Julho, ainda não é possível enviar esses projectos.

A questão é tão somente rigor nas palavras.



**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Se tivesse existido a humildade de reconhecer que pudessem existir dificuldades, não estávamos hoje aqui a denunciar a falta desse rigor, mas não houve esta humildade.

De uma forma agressiva sempre disseram que era para fazer, que era para cumprir, que era para abrir, era para pagar. De facto, isso não se vê concretizado.

Não podemos deixar passar esta situação com a ligeireza que o Sr. Secretário quer que ela passe.

De facto, há responsabilidade do Governo Regional nesta matéria quando anuncia.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

**\* Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Ventura:

O senhor fará a interpretação que quiser ou que melhor lhe convier em relação a esta situação. Agora, o senhor sabe que estas questões de pagamento nem todas dependem do Governo Regional. O facto é que o Governo não está aqui com qualquer calendário pré-fixado em termos de pagamento.

A rapidez de pagamento neste processo é efectivamente quando o processo está pronto para pagamento. Por exemplo, no caso das agro-ambientais foram pagas a 16 de Maio. Foram cerca de 12 milhões de euros.

Neste momento, estamos a falar, de 26 e 27 de Junho, de 8 milhões de euros.

Portanto, sobre este processo e sobre esta questão do pagamento aquilo que eu gostaria de transmitir ao Sr. Deputado António Ventura e à Câmara, em termos da posição do Governo Regional, é que não é por causa do Governo Regional que se atrasará um minuto sequer esses pagamentos.

*(Aparte inaudível do Deputado António Ventura)*

**O Orador:** Exactamente. Isso corresponde àquilo que foi a posição do Governo Regional de diligência e de celeridade em todo este processo.

Portanto, se o Sr. Deputado António Ventura quer manter a mesma tecla, muito bem. Se o Sr. Deputado António Ventura quer perceber que efectivamente o Governo Regional é que é parte da solução, pois muito bem, é como efectivamente é.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Gostaria de avisar que o Governo findou o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

**\* Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos perfeitamente de acordo. Podem existir situações externas que influenciem o pagamento.

Agora, o que não estamos de acordo é quando se criam falsas expectativas, quando se dão os sinais que efectivamente vão existir pagamentos.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Os agricultores que vivem uma situação difícil, estão à espera desse rendimento, que também é rendimento da sua exploração e recebem, com direito, esses apoios.

Quando o Governo, por várias vezes, nesta casa, disse, taxativamente, com toda a rigidez, sem qualquer flexibilidade nos prazos, que até 30 de Junho todas as ajudas estavam pagas, não estando, o que é que se está a fazer?

Está-se a criar falsas expectativas.

As indemnizações compensatórias controladas não estão pagas. As agro-ambientais, também controladas, também não estão pagas. Isso é ineficiência.

Digo-lhe mais: todos os agricultores que foram notificados para as indemnizações compensatórias, relativamente a um controlo, entregaram os documentos finais de Abril, princípios de Maio.

Até ao dia 30 de Junho não houve tempo suficiente para pagamento do controlo?

Isso significa que há ineficiências administrativas em todo o processo.

A quem é que cabe cobrar essas ineficiências?

A nós?

Não! A Administração Regional é que é a responsável por essas ineficiências.

Dois meses não dá para apurar se efectivamente as situações estão regularizadas ou não para pagamento?

Não se pode de modo algum aceitar.

É essa a nossa contestação hoje, neste Parlamento. É aquilo que o Governo Regional diz e aquilo que efectivamente aconteceu. Há uma diferença entre aquilo que diz e aquilo que acontece.

E entre o diz e o que acontece há uma grande diferença que prejudica os agricultores.

Obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Ventura.

**\* Deputado Henrique Ventura (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para finalizar, e espero que desta vez o Deputado António Ventura perceba, gostaria de dizer que esta bancada compreende tão bem ou melhor as dificuldades dos agricultores dos Açores quanto a bancada do PSD.

Percebemos perfeitamente as inquietações e as ansiedades das produções em receber as ajudas comunitárias. Agora, o que não percebemos é que, aproveitando alguma insatisfação, se agite como bandeira e se esqueçam os números que existem.

**Deputado António Marinho (PSD):** Pelos visto existe muita insatisfação!

**O Orador:** Claro! Se houver uma pessoa insatisfeita, continuamos a ter insatisfação. Nesse sentido estamos de acordo.

Gostaria de dizer, para que ficasse registado, que até à última Sexta-feira foram pagos na região 78 milhões de euros e que, em relação às indemnizações compensatórias os pagamentos estão concretizados em cerca de 98%, faltando

apenas, conforme já disse, alguns que foram para controlo e outros que tinham alterações no NIB.

Conforme já foi aqui explicado pelo Sr. Secretário Regional da Presidência, basta uma pequena alteração no NIB ou no cadastro do agricultor para que essa situação fique pendente.

Gostaria que mais uma vez, sem que estivéssemos aqui com interesses mas tentando cumprir o nosso papel de pessoas que estão preocupadas com o problema dos agricultores, não agitássemos algum problema que existe, mas, ao contrário disso, estivéssemos ao dispor para tentarmos resolver junto dessas pessoas, dando as explicações necessárias e orientando-as no sentido de conhecerem a verdade e conseguirem resolver o seu problema.

Muito obrigado, Sra. Secretária.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

\* **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pois é, Sr. Deputado Henrique Ventura, quando não corre bem temos que dar as explicações necessárias.

Quando corre bem anuncia-se com grande pompa e circunstância que as coisas correram bem.

Acho engraçado que quando se anunciam quatro datas para os projectos de investimento e elas não são cumpridas, por que é que, logo após cada data, o Governo Regional não vem com a mesma rapidez com que vem dizer que as candidaturas vão abrir em X dia, dizer que as candidaturas não abriram?

Aparecem, de anúncio em anúncio, a dizer que as candidaturas vão abrir, que as coisas vão acontecer, que os pagamentos vão ser efectuados, esquecendo-se de dizer, na mesma hora, quando essa situação não acontece, que ela não aconteceu e por que é que não aconteceu.

Não diz! Simplesmente deixa passar despercebido o assunto e em resposta anuncia uma nova data. É esta a situação. Aliás, esses processos não são novos, são processos com história. A história do pagamento dos apoios comunitários é um processo com grande história nesta casa, com grandes datas que não são

cumpridas. Já entregámos um projecto de resolução para o efectivo pagamento das datas que não foi aprovado pela maioria.

Vêm dar-nos razão: mais uma vez, as datas não foram cumpridas. Bastava haver um único agricultor.

A questão que está aqui é a palavra, o rigor da palavra e as expectativas que se criam em relação a isso.

É esta humildade que nós esperamos do Governo Regional e que não acontece.

Se da mesma maneira que anunciam reconhecessem que não foi efectuado o pagamento ou que não foram abertas as candidaturas por uma razão que os senhores haviam de explicar qual era, os agricultores haviam de compreender de uma maneira ou de outra, mas os senhores não reconhecem com esta humildade essas dificuldades.

É tão simples quanto isto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

**Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os conceitos de desenvolvimento integrado ou desenvolvimento sustentável fazem hoje parte do universo de ideais e referências estratégicas da política, seja ao nível económico, social ou cultural. Mais do que objectivos de governo, a integração e a sustentabilidade são os alicerces de uma sociedade que se quer democrática, plural, solidária e coerente, onde as diferenças (étnicas, de classe, género ou outras) não significam desigualdade.

Não basta falar de integração, coesão e sustentabilidade e depois procurar apenas no PIB per capita o único ou o principal indicador do desenvolvimento.

O desenvolvimento sustentável encara este indicador económico apenas como um entre muitos objectivos. Os restantes incluem, por exemplo as condições de saúde das populações, as oportunidades educativas, a participação cívica, a defesa do ambiente e a gestão sustentada dos recursos.

Não basta falar, é necessário fazer das palavras acção, das boas intenções, intervenção. Citando a este propósito Daniel Innerarity, “o que actualmente desacredita a política, não é uma atitude autoritária, mas a distância que separa o que se faz daquilo que se devia fazer, a discrepância das palavras e dos actos, a precipitada alegação de que não é possível fazer outra coisa”.

Temos consciência que o desenvolvimento integrado, como ideal de sociedade, é sempre uma meta que se deseja alcançar, nunca totalmente conseguida, mas isso não significa que se não aja em prol dessa integração de forma concreta e sobretudo de forma sustentável e avaliada.

Como obra incompleta, as acções que visam um desenvolvimento integrado são sempre objecto de críticas, como acontece, por exemplo, com as medidas de combate à exclusão social, ou que pretendem promover melhores níveis de saúde e de escolarização.

Os que criticam com base apenas e só em indicadores quantificados, esquecem-se que o desenvolvimento integrado é um processo que implica, entre outras linhas de acção:

- Problematizar as questões considerando a cooperação institucional;
- Deixar de agir de forma avulsa e passar à prática do planeamento por objectivos;
- Transformar o individualismo dos actores institucionais em parceria;
- Transformar as actividades de diferentes instituições em trabalho em rede.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se hoje podemos criticar o governo por não conseguir plenamente o desígnio de um desenvolvimento integrado, é porque esse caminho está a ser percorrido, mesmo que, como referi, de forma sempre aquém do ideal, porque envolve, nesse processo muitos parceiros, porque isso implica desconstruir uma forma de estar ao serviço das populações, que não se coaduna com uma cultura institucional de décadas.

Durante demasiado tempo, um tempo que em parte se enraíza na história recente do século XX, as pessoas foram tratadas de forma isolada, numa relação dependente com cada uma das instituições ou das valências de um serviço,

numa lógica autoritária e hierarquizada de pequenos poderes centralizados e segmentados.

Durante demasiado tempo, um cidadão quando se dirigia a uma instituição de saúde, educação, acção social ou emprego, para não falar na justiça e na administração pública, era considerado um número, a que correspondia um processo, um caso (quantas vezes se dizia: o doente da cama 23!); e o seu problema abordado, como uma questão específica de cada um dos sectores intervenientes.

Esta abordagem parcelar, sectorial, ignorava um diagnóstico integrado de causas, não problematizava a realidade de forma plural nem agia com base na definição de princípios transversais de intervenção, articulando diferentes respostas institucionais.

Em parte, não é de estranhar que tal tenha acontecido durante demasiado tempo, se a este propósito recordarmos que só com a instauração da democracia em Portugal foram criadas as condições de liberdade, e o quadro político e institucional que permitiu o desenvolvimento das ciências sociais. Recorde-se que antes de Abril de 74 estas ciências eram consideradas perversas, porque, para os governantes da época, problematizavam em demasia e aguçavam o espírito crítico do cidadão comum.

Enquanto o País não democratizou o direito à crítica, só clandestinamente se podia problematizar, de forma científica, uma realidade aparentemente justificada culturalmente (é típico dos pobres, daquela comunidade não se pode esperar outra coisa!). Ainda hoje, se ouve o discurso de alguns velhos do Restelo, que sentados na primeira bancada, mantendo a devida distância do terreno de acção, afirmam “a mudança só acontece passadas muitas gerações”, ignorando ou esquecendo que uma condição social instalada, que não se desconstrói pela análise rigorosa da sua estrutura e do processo que a sustenta, tem capacidade para, de forma contínua e permanente, se reproduzir também ao longo de várias gerações.

Não basta desenvolver acções, nem tão pouco se consegue contribuir para o desenvolvimento apenas e só com recursos financeiros.

Se a abordagem for de cima para baixo, baseada apenas no olhar de técnicos ou políticos distanciados e não considerar a participação, de quem vive os problemas de perto, dificilmente se consegue entender as causas reais dos problemas sociais e por esse facto, dificilmente se “atina” com as soluções mais viáveis.

Quantas acções supostamente interventivas, satisfazem e realizam mais quem as faz do que quem delas beneficia!

Quantas medidas de apoio às populações mais carenciadas foram testadas, algumas até durante os primeiros anos de integração europeia, e que depois foram abandonadas, sem que delas se obtivessem melhorias ao nível do acesso ao sistema de saúde, da integração de todos no sistema educativo, do aumento das qualificações na dignificação do emprego.

Em matéria de desenvolvimento, é possível gastar dinheiro sem dele obter resultados! Quando a estratégia adoptada não é integrada, não é feita em parceria, não altera os modos de funcionamento das instituições.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Hoje vivemos num tempo, que os sociólogos classificam de “modernidade reflexiva”, ou seja, um tempo em que é possível, desejável e sobretudo necessário, impulsionar o desenvolvimento considerando as suas diferentes faces – tecnológica, económica, social entre outras, sem deixar de ponderar os seus efeitos negativos, nomeadamente ao nível do meio ambiente e em termos de integração social.

Não basta definir medidas sectoriais com objectivos concretos que visam debelar um determinado tipo de problema, seja ele do foro educativo, económico ou outro. Importa avaliar os impactos dessas medidas e articular com as restantes áreas de intervenção a melhor forma de rentabilizar o investimento.

No domínio por exemplo da acção social, é fundamental partir do conhecimento e diagnóstico da realidade, pois corre-se o risco de as acções perderem eficácia, serem duplicadas ou triplicadas sem que os problemas sejam analisados de forma estrutural e por essa via combatidos nas suas reais causas.



Fazer melhor, ou como afirma o PSD, “melhor é possível” não significa apenas ter mais! A pedra de toque do desenvolvimento integrado, não se resume a dar mais ou fazer mais, mas antes implica rentabilizar os recursos existentes, promover as competências instaladas e facilitar o acesso.

O importante hoje em dia em política não é saber quem faz melhor, mas quem coordena ou articula melhor.

Em muitas áreas a carência não está nos recursos. Temos sabido, ao longo destes últimos anos, investir em escolas, em espaços de atendimento na saúde, em programas de emprego, em medidas de protecção social. Mas, sempre que se intervém na realidade complexa que é a vida em sociedade, geram-se tensões, conflitos, contradições que urge reflectir, problematizar e encarar de forma articulada.

É nesta linha de pensamento e de acção que se inserem as iniciativas que visam estudar realidades como a gravidez na adolescência, o insucesso escolar, o desemprego feminino, o acesso dos jovens ao mercado de trabalho, a institucionalização de menores, o consumo de substâncias psico-activas e muitos outros, estudos, na sua maioria, elaborados a partir de solicitações dos governos do Partido Socialista. Porque é preciso conhecer, não apenas as realidades onde se pretende intervir, mas os impactos provocados por medidas anteriores, por políticas do passado.

Hoje, reconhece-se que, por exemplo, as instituições de acolhimento de crianças ou até mesmo de idosos, foram pensadas no passado como estruturas massificadoras, armazéns de despejo humano, lugares de esquecimento, onde a identidade de quem lá vivia era desde logo estigmatizada.

Intervir nessas instituições, introduzindo um modelo de gestão familiar, passou não apenas por desmantelar edifícios e reduzir grupos; mas implicou repensar a política para a infância ou para a velhice e alterar a representação que a sociedade construiu acerca dessas crianças ou desses idosos.

Hoje, o trabalho em parceria e o reconhecimento de complementaridades, são fundamentais se queremos potenciar sinergias, competências e recursos. Não somos um país rico e muito menos uma região rica, por isso, todos os

investimentos que fazemos têm de ser potenciados ao máximo através de uma acção integrada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo da Região tem sabido por em prática esta nova forma de fazer política, institucionalizando redes de acção, como acontece no domínio da Mulher vítima de violência, dos menores em risco, dos idosos, da habitação social, da promoção da educação e da formação profissional, e em muitos outros domínios.

Se queremos construir uma sociedade integrada, é fundamental ligar, cooperar em domínios como a educação, a acção social, o emprego, saúde. É imperioso continuar a abrir as instituições e sobretudo motivar os actores sociais que nelas trabalham, a esta forma complementar de serviço. A realidade é complexa e não se compadece de acções isoladas e estratégias segmentadas.

Em política, de acordo com as palavras de Daniel Innerarity, é fundamental o empenho em resolver os problemas sociais em termos de integração; é um combate contra a incompatibilidade. As tarefas fundamentais de um político são a mediação, a convergência, a cooperação e o acordo.

Uma boa política não exige que se dê satisfação aos interesses de todos, mas que isso não signifique que se não tenha tentado fazê-lo. O individualismo não é compatível com uma política moderna, que se pretende democrática e aberta à participação de todos.

Disse.

**Deputada Nélia Amaral (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Não havendo inscrições para debate, passamos para a próxima intervenção.

Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

**Deputada Nélia Amaral (PS):** Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O final de uma legislatura é, certamente, um tempo propício para a realização de um balanço de actividades. Pode constituir-se como convite à avaliação do percurso efectuado. Mas deve também incentivar à delineação de novas metas. Sobretudo quando não marca o final de um processo mas apenas, e tão só, o término de uma etapa para dar lugar ao início de outra.

É nesta perspectiva, de antevisão de uma nova etapa, que gostaria de situar esta intervenção. Numa tentativa de encontrar novas soluções para velhos problemas.

A violência, e em particular a violência doméstica, constitui um desses velhos/novos problemas para o qual urge encontrar novas soluções.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Importa aqui introduzir uma precisão que considero ser fundamental:

Ao falar de violência doméstica não me refiro a violência conjugal nem, tão pouco, a violência sobre as mulheres. Em meu entender, este velho problema não pode ser confundido com uma questão de igualdade de género. O velho problema da violência doméstica tem de assumir os seus reais contornos.

Assim, ao referir-me a violência doméstica reporto-me à generalidade de situações de desequilíbrio e abuso de poder entre pessoas ligadas por uma relação afectiva (formal ou informal) com prejuízo económico, físico ou psicológico para uma das partes.

Importa assumir que me reporto a actos de violência perpetrados por homens mas também por mulheres, contra mulheres mas também contra homens, contra crianças, contra idosos, contra portadores de deficiência. Falo de atitudes e comportamentos xenófobos ou homofóbicos. Falo sobretudo de violação de direitos humanos, de atentados à liberdade e à democracia.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A violência doméstica apresenta-se, assim como um crime de abuso de poder mas com a particularidade de decorrer no contexto de uma relação íntima.

Perante esta nova perspectiva urge rever também a forma como lidamos com o problema.

Esta dimensão relacional da violência, e da violência doméstica em particular, tem de ser tida em conta também nas formas que vamos encontrando para tentar solucionar o problema.

A medida de eleição para lidar com a violência doméstica tem sido retirar a vítima do convívio com o seu agressor. É certo que desta forma se protege a vítima. Julgo, no entanto, que apesar de ser uma medida de protecção válida, não pode ser encarada como uma solução para o crime de violência doméstica sobretudo quando assumido como crime relacional.

Não podemos pretender que a relação entre vítima e agressor cesse, automaticamente, fruto da mudança de residência da vítima, ou preferencialmente com o afastamento do agressor. Talvez até, em algumas circunstâncias, a ruptura relacional não seja desejada nem desejável. Continuam a existir laços matrimoniais, filiais, de parentesco ou afectivos. Esses não desaparecem espontaneamente com a interrupção do convívio diário entre a vítima e o agressor.

Quero, com isto, dizer que, em meu entender, não podemos continuar a intervir apenas junto de uma das partes (o que normalmente se traduz no apoio à vítima), ou mesmo junto de ambas (vítima e agressor) de forma isolada e autónoma.

Uma abordagem à violência doméstica enquanto crime eminentemente relacional implica necessariamente o apoio às vítimas, a recuperação do agressor mas também a reparação da relação. A relação, apesar de abusiva, e mesmo em casos de ruptura matrimonial, continua a ter um impacto significativo na vida das vítimas que continuam a ser pai ou mãe, filho ou filha do agressor.

Esta relação tem de ser trabalhada, tem de ser expurgada dos aspectos abusivos para bem da própria vítima. A sua recuperação e segurança dependem do sucesso deste trabalho.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Perante um crime relacional, a justiça também tem de ser relacional.

É neste sentido que têm surgido, na América do Norte e na União Europeia orientações que recomendam o recurso à chamada “Justiça Restaurativa” como forma de abordar a dimensão relacional da criminalidade e, conseqüentemente, da justiça.

Refira-se, a título de exemplo:

A Decisão Quadro n.º 2001/220/JAI do Conselho da União Europeia de 15 de Março relativa ao estatuto da vítima em processo penal;

A Resolução n.º 2002/12 do Conselho Económico e Social das Nações Unidas intitulada “Princípios básicos da utilização da Justiça Restaurativa em processos criminais;

E, mais recentemente no nosso país, a aprovação da Lei 21/2007, de 12 de Junho que estabelece o Regime Jurídico da mediação em processo penal

O conceito de Justiça Restaurativa assenta no reconhecimento de que o processo judicial normalmente negligência esta dimensão relacional do crime e no entendimento de que esta dimensão só pode ser trabalhada no âmbito de interacções controladas e reparativas entre as vítimas, os agressores e os membros da comunidade.

Assim, tão ou mais importante do que a pena aplicada é a tomada de consciência da natureza abusiva da relação, a assunção da culpa e a reparação dos danos causados, também como forma de evitar a sua repetição.

A Justiça Restaurativa afigura-se assim como uma forma inovadora de responder à criminalidade relacional através da aplicação de mecanismos que levam vítimas, agressores e a comunidade a reparar, colectivamente, os danos recorrendo a soluções alternativas à prática judicial tradicional.

Três métodos caracterizam a justiça restaurativa:

A Mediação entre a vítima e o agressor;

A Conferência de Família ou Grupo da Comunidade; e

Os Círculos de reconciliação ou de sentença.

A Mediação entre a vítima e o agressor consiste em proporcionar à vítima a oportunidade de se encontrar com o agressor que a ofendeu, num ambiente

seguro e estruturado para, com a assistência de um mediador qualificado, iniciar o processo de restauração da justiça através do confronto e da negociação.

Pretende-se permitir às vítimas que assim o desejem a possibilidade de se reunirem, voluntariamente com o agressor, na presença de um mediador qualificado, com o objectivo de fazer compreender a ambos a natureza e consequências do delito. Este processo visa a compensação do dano causado mas permite também ganhos terapêuticos habilitando a vítima a lidar com o crime de que foi alvo e promovendo no agressor uma maior responsabilização pelos actos cometidos e bem assim pelas suas consequências.

A Conferência de Família ou Grupo da Comunidade alarga o âmbito da mediação descrita anteriormente para incluir a participação de familiares e amigos de ambas as partes. Reconhece-se assim a importância das redes formais ou informais de apoio social no processo de apoio à vítima, de recuperação do agressor e de prevenção de novas ocorrências.

Os Círculos de reconciliação ou de sentença prevêm a articulação entre todos os intervenientes junto da vítima e do agressor nomeadamente os próprios, os familiares e amigos, membros da comunidade, os advogados, os juizes, os magistrados, as forças policiais e as organizações não governamentais por forma a delinear um plano de sentença consensual que permita a recuperação de todas as partes.

Através deste encontro dos vários “actores” pretende-se evidenciar a responsabilidade comum de participar na resolução dos conflitos, identificar e combater as causas subjacentes à agressão, suscitar o envolvimento comunitário na promoção dos valores comuns e assegurar a articulação da intervenção dos diferentes intervenientes.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em meu entender, esta nova perspectiva de justiça coloca-nos perante novos desafios mas também novas oportunidades que importa explorar.

Sabemos que existem mais de 300 programas de mediação entre vítimas e agressores na América do Norte e mais de 500 um pouco por toda a Europa. A

mediação penal encontra-se já institucionalizada em países como a Áustria, a Bélgica, a França e o Reino Unido;

Sabemos que a conferência de Família ou Grupo da Comunidade é uma prática já com alguma expressão na Nova Zelândia (nomeadamente com infractores menores); que foi modificada na Austrália para utilização pelas forças policiais; que está a ser utilizada também na América do Norte e que alguns estudos, já concluídos, demonstram um elevado grau de satisfação com os resultados obtidos;

Sabemos também que os círculos de reconciliação ou de sentença são uma prática em várias regiões da América do Norte;

Sabemos ainda que, no Reino Unido, se têm desenvolvido projectos de justiça restaurativa no âmbito do sistema de justiça de menores desde o final da década de 90;

Sabemos que aí, como na Bélgica a mediação vítima-agressor decorre inclusivamente em contexto prisional durante a fase de execução da pena;

Sabemos que a nossa vizinha Espanha, mais concretamente o Governo da Comunidade Autónoma da Catalunha iniciou, na década de 90 um programa de mediação penal no âmbito da justiça juvenil;

E sabemos também que em Portugal existe uma experiência piloto de mediação penal ligada à Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

Esta primeira experiência de mediação vítima-agressor em Portugal vai ser apresentada num seminário internacional que decorre em Lisboa dentro de 15 dias.

Importa acompanhar o seu desenvolvimento.

Importa avaliar e perceber o impacto de todas estas experiências que têm sido desenvolvidas no âmbito da Justiça Restaurativa, nomeadamente no combate à violência e à violência doméstica em particular.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não acredito em poções mágicas.

Duvido que existam soluções perfeitas.

Reconheço as dificuldades inerentes a retirar-se a justiça do âmbito da esfera de influência exclusiva dos Tribunais.

Tenho consciência do esforço de qualificação e de habilitação dos intervenientes necessários para operacionalizar uma experiência nesta área, com o rigor e a qualidade que todos merecem.

Julgo, no entanto, que a nossa consciência social e cívica nos impõe que exploremos os potenciais desta abordagem inovadora e a possibilidade da sua aplicação na nossa Região.

No combate à violência doméstica, o conhecimento deve sempre obrigar-nos a agir.

Espero que da nossa acção possam surgir novas respostas para este velho/novo problema.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Não havendo inscrições para esclarecimentos, vamos fazer um intervalo até às 18 horas.

Até já.

*Eram 17 horas e 35 minutos.*

*(Após o intervalo o Sr. Presidente voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)*

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

*Eram 18 horas e 15 minutos.*

O primeiro ponto da Agenda da Reunião é a **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regime Jurídico de actividades sujeitas as licenciamento da Câmara Municipal.**

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.



**\* Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A presente Proposta de Decreto Legislativo Regional que o Governo propõe a esta Assembleia pretende definir o regime jurídico das actividades sujeitas a licenciamento das Câmaras Municipais na Região Autónoma dos Açores.

Esta proposta tem como objectivo principal reforçar a política de descentralização e simplificação administrativa, particularmente no que concerne a um conjunto de matérias de licenciamentos sob o poder sancionatório da aplicação de coimas e de processos de contra-ordenação e essencialmente propõe, tendo numa primeira fase, em 2003, sido delegado nos municípios a competência para o licenciamento dessas actividades, delegar e passar para a competência dos municípios estes poderes e consequentemente também as receitas decorrentes dessa mesma actividade.

Não faz sentido haver uma entidade a licenciar e uma entidade diferente ou em forma conjunta a fiscalizar, a aplicar coimas e a elaborar os processos de contra-ordenação.

Por outro lado também, permite e regulamenta-se nesta matéria a possibilidade de acesso das Câmaras Municipais às bases de dados das Finanças e da Segurança Social nos termos que estão definidos também para a Administração Regional, simplificando o procedimento administrativo e evitando que tenha que ser o cidadão ou requerente a solicitar, por ele próprio, essas mesmas certidões.

Este diploma tem 85 artigos, porque faz uma uniformização e uma sistematização de todas as matérias de licenciamentos municipais que estavam dispersas por vários diplomas. Cria-se um diploma único e consequentemente um regime associado de toda essa legislação que estava dispersa, permitindo elevar à categoria jurídica de Decreto Legislativo Regional o Regulamento de Touradas à Corda que era, até agora, um regulamento. Ao incorporar neste diploma, para além de reforçar a sistematização do processo legislativo, aumenta a dignidade deste mesmo regulamento.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

\* **Deputado José Manuel Bolieiro** (*PSD*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Breves palavras para dar nota da análise que a Comissão de Política Geral fez a este diploma.

Ele invoca uma solução de regime e por isso de compilação de uma parte significativa de normas dispersas sobre os licenciamentos, no âmbito do Regulamento de Polícia. Por isso soluciona aqui uma facilidade de consulta, para conhecimento do cidadão requerente, bem como para os municípios que têm necessidade de fazer os respectivos licenciamentos, para que encontrem num só diploma a solução e os procedimentos adequados para assegurar a legalidade dos seus procedimentos.

Com esta técnica, se é verdade, por um lado, que se aplica num só regime, e por isso num diploma, as regras essenciais do licenciamento, também se opta, desta forma talvez não tão facilitadora, mas inevitável no entanto, por provocar alterações no Regulamento de Polícia que, incluídas neste regime, obrigaram a que o próprio regime, que é diferente do Regulamento de Polícia, seja obrigado a fazer uma republicação, como anexo a este regime, do Regulamento de Polícia já com a alterações, e sobretudo o conjunto de revogações do articulado do Regulamento de Polícia que deixa de fazer sentido, porque passa a estar incluído neste novo regime.

Foi promovido pela Comissão de Política Geral também o pedido de parecer da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores que se pronunciou sobre o diploma no sentido favorável e com algumas recomendações para o seu aperfeiçoamento.

Feita a análise ao diploma, bem como ao parecer da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, por unanimidade, a Comissão de Política Geral acolheu algumas das propostas no que considera ser um aperfeiçoamento político, legislativo, mas também técnico, a este regime.

Por isso, no debate que se dispensa, pela minha parte, na especialidade, devem ser considerado as alterações propostas pela Comissão, por unanimidade,

subscritas por todos os deputados membros da Comissão, que acabam por corrigir as alterações no âmbito do Regulamento de Polícia, através de um diploma que recentemente (no mês de Maio) foi aprovado por esta Assembleia Legislativa, um Projecto de Decreto Legislativo que alterava, no que diz respeito às fogueiras e queimadas, o Regulamento de Polícia, que agora passa a estar incluído neste regime.

Portanto, é um diploma que promove a facilitação de consulta, o reconhecimento da descentralização de alguns poderes nos municípios em matérias de licenciamento e, por isso, de forma preventiva, criando-se o regime, como cria, se responsabiliza, por um lado as autarquias nesta observação da legalidade dos requerimentos feitos pelos cidadãos, bem como também, no âmbito da fiscalização, o município pode, no caso de incumprimento, beneficiar da respectiva receita para a aplicação das coimas, o que também parece razoável uma vez que há uma responsabilidade que agora passa para as autarquias, como aliás bem explicou o Vice-Presidente do Governo Regional.

O Grupo Parlamentar do PSD votará favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Costa.

\* **Deputado Alberto Costa (PS):** Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na sequência do que foi dito pelo Sr. Vice-Presidente e Deputado José Bolieiro, onde foi apresentado o diploma e foram apresentadas as questões que enformaram a discussão em Comissão, apenas farei uma rápida apreciação daquilo que foram as propostas que foram feitas no sentido delas ficarem aqui explicitadas.

A presente proposta não teve em conta as alterações constantes no Decreto Legislativo Regional 13/2000/A e tinha dois lapsos nos artigos 4º e 5º, do anexo I do Decreto-Lei 5/2003.

Por isso foram propostas alterações, com aditamentos aos nºs 4 e 5 do artigo do artigo 35º, a revogação dos artigos 18º do artigo 81º, introduzida uma alteração ao artigo 4º do Decreto Legislativo Regional 5/2003.

Na alteração ao artigo 82º, introduziram-se as disposições do objecto de revogação e como já foi dito anteriormente foi entendido em comissão acolher, de um parecer emitido pela AMRAA, os pontos 7 e 20.

De acordo com o acima dito, o Grupo Parlamentar do PS vai dar o seu voto favorável.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, na generalidade, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Na generalidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Passamos para a especialidade.

Conforme foi explicado, existe consenso relativamente às propostas que vêm da Comissão. Elas são subscritas por todos os partidos.

Não havendo intervenções na especialidade sobre as propostas de alteração, passamos para a votação.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** As propostas de alteração foram aprovadas por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar de seguida todos os artigos do diploma, incluindo os sujeitos a alteração, considerando também algumas eliminações.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Na especialidade os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Em votação final global a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Segue-se agora várias Propostas de Decreto Legislativo Regional:

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Parque Natural da Ilha de Santa Maria”.**
- **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Parque Natural da Ilha do Faial”.**
- **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Parque Natural da Ilha do Corvo”.**
- **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Parque Natural da Ilha da Graciosa”.**

Dou a palavra a Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar, para fazer a apresentação das propostas.

**Secretária Regional do Ambiente e do Mar** (*Ana Paula Marques*): Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com a apresentação destes diplomas o Governo Regional concretiza mais um objectivo do seu programa de Governo.

Quando verificámos que havia mais de 100 áreas classificadas nos Açores, mais precisamente 106, cada uma exigindo a sua direcção e ordenamento, rapidamente percebemos que algo teria de ser feito.

Foi por esta razão que criámos a rede regional de áreas protegidas, criando os Parques Naturais de Ilha e o Parque Marinho dos Açores.

Desde logo, gostaria de salientar que a abordagem agora realizada, onde a classificação e a reclassificação das áreas protegidas assente num modelo de gestão mais eficaz, tem como objectivo o estabelecimento de categorias de classificação que enquadram a uniformização e a compatibilização das áreas protegidas adoptadas pela União Internacional para a Conservação da Natureza. Estas unidades de gestão isoladas foram abandonadas permitindo agora desenvolver o conceito de rede ecológica coerente e consequentemente uma gestão mais eficaz do território protegido.

No prosseguimento de uma estratégia de articulação e integração dos instrumentos de gestão territorial com a política de conservação da natureza, o Parque Natural da Ilha do Corvo mantém a actual percentagem de território anteriormente classificada.

Na realidade, até houve uma diminuição de 9,8 hectares. Não há alterações significativas aos instrumentos anteriormente aprovados e, portanto, queria salientar este aspecto que me parece bastante importante.

No que diz respeito ao Parque Natural da Ilha do Faial, na realidade também, no que diz respeito à área terrestres há uma diminuição de 59,6 hectares, relativamente a todas as áreas classificadas anteriormente.

Apenas foram realizados alguns detalhes geográficos, a inclusão das IBAs e parte do Parque Marinho Canal Faial/Pico.

Relativamente à Graciosa, na realidade houve um aumento de 0,2%, o que significa 8,5 hectares. Na realidade as alterações que foram propostas pela discussão pública foram incluídas no diploma.

No que diz respeito ao Parque Natural da Ilha de Santa Maria houve um aumento algo significativo, cerca de 10% da área a mais do que aquilo que existia, e isso prende-se com uma reivindicação da própria ilha que era uma aspiração antiga dos marienses que era integrar na classificação a Maia e a Baía de São Lourenço. Foi isso que feito. Isso significa mais ou menos a inclusão de 154 hectares como a Paisagem Protegida da Baía de São Lourenço e da Maia.

Era isto que tinha para dizer de mais significativo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**Presidente:** Está aberto o debate.

Estão inscritos os Srs. Deputados Guilherme Nunes, José Ávila, Sérgio Ferreira, Luís Henrique, Costa Pereira, Helder Silva, Alberto Costa, Pedro Gomes e José Manuel Nunes.

Se me permitem, vou tentar agrupar as inscrições por ilha, para não haver confusão. Acho que é prudente.

O primeiro diploma é referente ao Parque Natural de Santa Maria.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

\* **Deputado Sérgio Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD vai aprovar este diploma.

No entanto, propomos algumas alterações que visam, por um lado, dar seguimento a uma reivindicação do Conselho de Ilha de Santa Maria e, por outro, clarificar as competências do Conselho de Gestão e do Conselho Consultivo.

Quanto ao diploma em si, parece-nos bem que se integre num só órgão de gestão todas as áreas protegidas da ilha, o que certamente virá melhorar a eficiência na gestão das diversas áreas, mas isto não passa de um documento que vem substituir uma série de outros que nunca passaram disso mesmo, documentos arquivados numa secretaria qualquer.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** É bem exemplo disso a Reserva Natural das Formigas, criada há já vários anos, nunca funcionou e a verdade é que estes ilhéus se encontram a saque, quer por via da falta de fiscalização, quer por via de nunca se ter implementado aquilo que preconizava o diploma que a criou.

Ou então a Paisagem Protegida de Interesse Regional do Barreiro da Faneca, ou ainda a Reserva Natural do Figueiral, Prainha, dois diplomas aprovados nesta legislatura e que ainda não tiveram qualquer consequência prática.

Em síntese diria que este diploma é bom, mas só será eficaz se houver uma efectiva legislação e se os órgãos de gestão agora criados funcionarem realmente.

Chamo ainda a atenção para na redacção final corrigirem os nomes de algumas associações que estão mal. É o caso do Círculo de Amigos de São Lourenço, da Associação Escravos da Cadaíña e da Associação Praia Formosa.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Costa.

\* **Deputado Alberto Costa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a Santa Maria o Grupo Parlamentar do PS destaca a importante alteração do Regime Jurídico da Rede Regional de Áreas Protegidas operada pelo Decreto Legislativo Regional nº 15/2007/A, de 25 de Junho, manifestando a sua concordância com a aprovação da iniciativa legislativa em apreciação, por

considerar que a instituição de um regime de gestão por ilha e a previsão de um único plano especial de ordenamento para toda a área do Parque Ilha, trará uma gestão mais eficaz e integrada de todas as áreas classificadas da Ilha de Santa Maria.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar.

\* **Secretária Regional do Ambiente e do Mar** (*Ana Paula Marques*): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria fazer um comentário à intervenção do Sr. Deputado do PSD que mais não disse do que exactamente aquilo que eu disse na minha comunicação, porque se tudo estivesse bem não tínhamos implementado esta profunda reforma no Ordenamento Jurídico das Áreas Protegidas.

Queria também informar esta câmara que não é verdade que nada tivéssemos feito, porque os dois diplomas que foram aprovados nesta legislatura, durante este mês serão lançados. Foi apresentado publicamente, e até penso que o Sr. Deputado estava na sala, não nesta última visita do Governo, mas na anterior, dois percursos pedestres interpretativos exactamente nessas duas áreas protegidas que o Sr. Deputado falou e que serão algo de concurso público ainda durante esta legislatura, tal como compromisso que temos para a Ilha de Santa Maria.

Vamos lançar esse concurso público desses percursos pedestres que são importantíssimos para o circuito interpretativo dessas áreas, ou a sua sinalética, os roteiros pedestres que vêm dar um forte potencial ao turismo ambiental na Ilha de Santa Maria.

Para além disso está em construção, como o Sr. Deputado sabe, o futuro Centro Interpretativo, ECOTECA e serviços de ilha, onde vai estar (também já encomendámos esse trabalho à Universidade dos Açores e a um consultor) colocada uma importante colecção doada à Região, que é a colecção do Sr. Pombo, exactamente peças retiradas desse naturalista, que vão estar nesse espaço, para além de todas as informações importantes que podem ajudar a



melhorar a interpretação desses circuitos. Esses diplomas foram aprovados nesta Assembleia, nesta legislatura.

O que estamos a fazer não foi publicar legislação para arrecadar nas gavetas, até porque essa legislação, como o senhor bem sabe, foi aprovada há pouco tempo e, não obstante disso, já temos dois importantes projectos, exactamente para Santa Maria.

Portanto, não é verdade aquilo que o Sr. Deputado disse, porque estes instrumentos de gestão territorial são importantes para a conservação da natureza.

Não quer dizer que tenhamos que fazer grandes obras ou grandes actividades públicas para que se possa efectivamente cumprir o que está no diploma, porque esse diploma têm a ver com o ordenamento da paisagem, com a conservação da natureza e a biodiversidade.

Os Srs. Deputados do PSD têm que ter sempre a mesma atitude. Não podem, numa altura do campeonato dizer que fazemos imensos instrumentos, imensos planos e que arrecadamos e noutras áreas que são do vosso interesse dizer que não fazemos estudos, que não fazemos planos. Não pode ser.

**Deputado Sérgio Ferreira (PSD):** Eu não disse isso!

**A Oradora:** Às vezes dizem. Portanto, isto tem que ficar claro, para que fique registado e para que não haja confusão.

Dizer que se publica um diploma e que se arrecada na gaveta, não é verdade.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

\* **Deputado Sérgio Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente só para referir o seguinte:

Sem querer, a senhora deu-me razão. A senhora disse: “o Governo vai...”

Até agora o Governo não fez nada. O Governo vai implementar os trilhos pedestres. O Governo vai...

**Secretária Regional do Ambiente e do Mar (Ana Paula Marques):** Fazer os projectos é não fazer nada?

**O Orador:** A senhora sabe muito bem que aquilo que preconizava os diplomas não foi posto em prática.

Onde é que estão as comissões directivas dessas zonas protegidas?

Onde é que a Comissão Directiva está a funcionar?

A senhora não sabe que as Formigas estão a saque? Sabe ou não? Se não sabe é grave!

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

**\* Deputado Helder Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um enquadramento geral para dizer que este conjunto de diplomas, de Propostas de Decreto Legislativo Regional, visam a criação de um conjunto de Parques Naturais concretizando assim o Regime Jurídico estabelecido no Decreto Legislativo Regional 15/2007/A, de 25 de Junho.

Este actual regime jurídico visa substituir o regime anterior estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional nº 21/93/A, de 23 de Dezembro, e tem como objectivo uniformizar e compatibilizar as classificações das áreas protegidas da Região Autónoma dos Açores com um conjunto de critérios internacionais, designadamente da União Internacional para a Conservação da Natureza – UICN, reclassificando também as reservas florestais naturais e integrando-as na rede regional de áreas protegidas, desenvolvendo assim um conceito integrado e coerente de rede ecológica.

Por outro lado, importa também realçar que aquilo que se propõe com estes diplomas é a adopção de um regime de gestão por ilha, por via da criação dos Parques Naturais de Ilha, o que vem permitir uma gestão integrada e mais eficaz de todas as áreas classificadas em cada uma das Ilhas.

Relativamente à Ilha do Faial, o Parque Natural da Ilha do Faial integra um conjunto de áreas protegidas e classificadas por legislação nacional e regional, e também um conjunto de áreas classificadas como Sítios de Interesse Comunitário e como Zonas de Protecção Especial no âmbito da Rede Natura 2000.

Conforme foi dito, de forma mais genérica, são reclassificadas, no âmbito do actual regime jurídico, as reservas florestais naturais, e também identificado um conjunto de designadas IBAs, isto é áreas importantes para as Aves.

Por outro lado, este Parque Natural será dotado de um Plano Especial de Ordenamento do Território.

Estão previstos um conjunto de órgãos: dois órgãos de gestão do Parque Natural, o Conselho de Gestão e o Conselho Consultivo.

Por tudo aquilo que ficou dito e muito especialmente por se tratar de um diploma que vem garantir uma gestão mais eficaz e integrada de todas as áreas classificadas na Ilha do Faial, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista concorda com a aprovação desta iniciativa legislativa.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

**Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostava de colocar aqui algumas questões concretas sobre o Parque Natural da Ilha do Faial, que foram questões e preocupações que o Conselho de Ilha fez chegar à Comissão no seu parecer.

Gostava de ouvir os seus esclarecimentos acerca dessas questões.

Em primeiro lugar, refere-se à Área Protegida da Gestão de Recursos do Canal Faial/Pico, que, com o seu alargamento, passa a incluir neste momento a zona onde se faz a exploração comercial de extracção de areias.

Gostava de perguntar à Sra. Secretária se, com esta Área Protegida de Gestão de Recursos do Canal Faial/Pico e a zona da Ribeirinha estando nela incluída, continua a ser possível essa actividade de extracção de areias? Se não é possível, qual é a alternativa para essa actividade?

Uma segunda questão tem a ver com a Área Protegida da Gestão de Recursos do canal Faial/Pico, que abrange dois sectores: o sector Pico e o sector Faial.

Presumo que essa área não terá uma gestão conjunta. Portanto, aquilo que é o sector Faial será da gestão do Faial e o sector Pico, da gestão do Pico.

Pergunto-lhe, porque essa é uma preocupação, porque são áreas contíguas marítimas, como é que se faz a articulação da gestão dessas duas áreas, na medida em que elas vão estar em duas gestões diferentes?

Em terceiro lugar, tem a ver com a chamada área da Paisagem Protegida da zona central.

Como a Sra. Secretária sabe, é importante, quando essas zonas se criam, que a população conheça do que é que se está a falar.

No Faial ninguém sabe onde é que fica a zona central.

Não há nenhum lugar no Faial chamado zona central.

Gostava, se a senhora estiver disponível e disposta, que se encontrasse uma mais fácil identificação para esta zona, para que remetesse imediatamente qualquer faialense para a área que estamos efectivamente a falar.

Finalmente, uma observação que já foi aqui referida e que a Sra. Secretária, de alguma forma já respondeu, mas que também é uma preocupação do Conselho de Ilha e tem a ver com a experiência dos instrumentos anteriores.

Face ao rigor e à complexidade das exigências que são aqui estabelecidas e que penso que são consensuais, sobretudo relativamente àquilo que estamos a defender (e já agora gostava de ouvir o seu comentário) acha que há exequibilidade entre aquilo que são os meios que a Secretaria tem ao seu dispor, a exigência e o rigor que é necessário para a fiscalização destas medidas que agora são legisladas?

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar.

\* **Secretária Regional do Ambiente e do Mar** (*Ana Paula Marques*): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A primeira questão que me colocou, face às questões ligadas à extracção de inertes, o artigo 20º do diploma não o impede. Todavia, o Plano de Ordenamento terá que se pronunciar sobre isso porque, como o Sr. Deputado e todos os Srs. Deputados sabem, nos Açores o facto de não termos uma plataforma continental como existe no Continente, nem termos rios, obriga-nos

a extrair inertes do mar e numa zona que vai até à batimetria dos metros 30, porque fora dela não podemos fazê-lo.

Portanto, será sempre objecto de uma atenção especial, porque o Governo sabe a importância que tem a extracção de inertes. Neste momento, o artigo 20º não impede de o fazer.

Quando fizermos o Plano de Ordenamento (também estamos a fazer um outro trabalho que diz respeito ao Parque Marinho dos Açores e à própria adaptação da Lei da Água) teremos que ter um cuidado especial nesta questão da extracção dos inertes que, de facto, como sabe, não funciona da melhor maneira, porque é uma competência da defesa nacional, nas questões marítimas. Portanto, tencionamos mexer nisso. Estamos a trabalhar e será resolvida com a precaução que estes casos têm, devido às questões ligadas à biodiversidade e à conservação marinha, que é também uma outra preocupação do Governo Regional.

Neste momento, continua-se a poder extrair na Ribeirinha, que é a zona onde se extrai no Faial. No Plano de Ordenamento isso vai ter que ficar acautelado, porque precisamos de inertes para o mundo empresarial.

A questão que me colocou relativamente à paisagem protegida da zona central, já sabemos que é a zona que vai do Cabeço Gordo ao Cabeço do Canto. Se quiserem optar por fazer essa denominação, o Governo não se opõe. Isto é uma questão meramente técnica. Foram os geógrafos da Universidade dos Açores que fizeram este estudo base e entenderam que este nome ficaria melhor.

Para os faialenses, se isso lhes dá mais felicidade, o Governo não tem nada a opor, até pelo contrário, não vejo nenhum impedimento nessa matéria.

No que se refere à questão da gestão do canal, é evidente que isto está determinado por coordenados. Portanto, a parte que fica do lado de cá será gerida pelo Parque Natural da Ilha do Faial. A parte que fica do lado de lá será gerida, obviamente, por eles.

Relativamente à última questão que o Sr. Deputado me colocou, é evidente que com os recursos que a Secretaria tem, estamos a programar internamente para

responder a esta nova realidade, mas não é que tenhamos ficado com mais competências.

Como sabem, foi criada há pouco tempo a Inspeção Regional do Ambiente que passa a ter também uma acção mais intensiva relativamente a estas questões dos crimes ambientais.

Portanto, já contribuámos positivamente nesta legislatura para haver uma maior fiscalização sobre quem não cumpre a lei. Isso tem sido feito.

A verdade é que também o facto da GNR ter as brigadas do SEPNA e a PSP também ter brigadas ambientais, tem no fundo incentivado ao levantamento de mais autos de notícia, estando neste momento abeirando os 500 autos de notícia a decorrer já em processo de contra-ordenação.

Não achamos que o Governo tenha menos capacidade. Pelo contrário, o Governo terá mais capacidade no futuro. Atendendo ao facto de termos este conceito contínuo ecológico, nós teremos melhores ferramentas para actuar em termos de gestão do território.

Portanto, em termos operativos considero que podemos fazer um melhor trabalho. Foi por isso que fizemos esta importante reforma. Só nomeámos uma comissão de gestão, que foi a do Ilhéu de Vila Franca, respondendo ao Sr. Deputado Sérgio Ferreira. Vimos que não funcionava bem. Quando não funciona bem o Governo altera os mecanismos para funcionar melhor. Esta reforma vem nesse sentido.

Nesse aspecto não estamos de maneira nenhuma, penso eu, a fazer nada que não tenhamos pensado em profundidade, agora estas coisas também não se fazem num ano, nem em dois.

Foi por isso que demorámos algum tempo, porque tudo isto foi um trabalho que foi feito com consultores fora da secretaria, apesar do acompanhamento da mesma, foi pensado. Portanto, cá está nesta legislatura, concretizando a maior parte da aprovação destes diplomas, se os Srs. Deputados assim o entenderem.

Muito obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

**Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional:

Agradeço os seus esclarecimentos, mas gostaria de fazer dois comentários.

Em primeiro lugar, a questão de denominação da zona central, como compreende, não é uma questão de felicidade para ninguém. É uma questão de eficácia.

Se a senhora quer resumir isso à questão da felicidade dos faialenses, fique com a sua felicidade, porque o que nos interessa nestes instrumentos é que eles efectivamente sejam eficazes.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito bem!

**Secretária Regional do Ambiente e do Mar (Ana Paula Marques):** Em que é isso traz mais eficácia?

**O Orador:** Se as pessoas não conhecem do que é que estamos a falar, qual é a eficácia que isso tem?

Só se se colocar lá tabletas.

Em segundo lugar, a questão da área de gestão de recursos canal Faial/Pico.

A Sra. Secretária não me respondeu.

Eu já tinha dito que cada área está entregue à gestão dos parques naturais de cada uma das ilhas.

A questão que lhe coloco é que, como são áreas contíguas marítimas, de alguma forma vai ter que haver gestão partilhada de algumas coisas. Ou há regras até meio do canal de uma forma, passa-se aquela zona fronteira, e sem se meter água, as regras mudam?

Por isso é que eu falei na necessidade da existência de uma gestão partilhada nesses sectores. É evidente que todos nós sabemos que as coisas não são estanques, nem podem ser estanques, sobretudo nesta zona que é contígua.

Quanto à questão da senhora acreditar que a partir de agora é que vai haver maior capacidade de actuação, oxalá que sim.

Acreditamos nessa sua crença. A fé é que nos salva e não há nada pior nas questões ambientais do que a impunidade.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Nunes.

\* **Deputado Guilherme Nunes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Parque Natural da Ilha do Corvo integra todas as categorias de Áreas Protegidas da Ilha.

Constitui a unidade de gestão das áreas protegidas, insere-se no âmbito da Rede Regional das Áreas Protegidas da Região Autónoma dos Açores.

Para além do regime definido neste diploma, o parque integra objectivos e regimes definidos para o Sítio de Importância Comunitária Costa e Caldeirão do Corvo, zona de protecção especial de Costa e Caldeirão do Corvo, observando cumulativamente o regime estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2006/A, que aprovou o Plano Sectorial Rede Natura 2000.

Está plasmado no artigo 2.º os objectivos gerais e de gestão, próprios da Rede Regional de Áreas Protegidas, e os objectivos específicos inerentes às categorias de áreas protegidas que o integram.

Existem algumas propostas de alteração que vão ao encontro das pretensões dos corvinos e que foram também expressas no Conselho de Ilha extraordinário que foi realizado para o efeito.

O Grupo Parlamentar do PS vai aprovar esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

\* **Deputado José Manuel Nunes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Parque Natural da Ilha do Corvo é muito importante, até porque o Corvo foi integrado na reserva da biosfera, como todos nós sabemos.

Sabemos que há aspectos positivos.

Os corvinos não aceitam que a gestão deste seja efectuada através de outra ilha que não a do Corvo, até porque todas as ilhas vão assegurar a gestão do seu parque, à excepção do Corvo.



Por isso mesmo, o PSD está ao lado dos corvinos, como sempre, e por isso votaremos contra, se não houver nenhuma alteração.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Henrique Silva.

\* **Deputado Luís Henrique Silva (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As políticas de ambiente são cada vez mais estruturantes na acção política ao nível global do país, de uma região ou até mesmo de uma pequena localidade.

O conceito de pensar global e agir localmente, aplicado à intervenção ambiental obriga a que as opções em defesa do ambiente tenham em conta a realidade social, cultural e histórica das pequenas localidades.

Defender e preservar o ambiente implica ganhar a confiança e a adesão das pessoas para as causas ambientais.

As escolhas que se fazem para a Graciosa, procurando valorizar e proteger a mais valia desta ilha, devem ser enquadradas numa estratégia global para o seu desenvolvimento.

Segundo declarações da Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar, o estatuto da reserva da biosfera constitui uma mais valia para as duas ilhas açorianas, já que permitirá reorientar as decisões ao nível da gestão compatibilizando a preservação da biosfera com a presença humana.

Este é o caminho a percorrer em conjunto com as populações.

A proposta de Decreto Legislativo Regional que deu entrada nesta Assembleia não respeita estes pressupostos. Foi uma iniciativa legislativa apressada, pouco ou nada dialogada com os graciosenses e com as instituições da sociedade civil.

Perante o coro de justas reclamações dos graciosenses, o Governo Regional enviou de emergência à Graciosa, o Sr. Director Regional do Ambiente que regressou com um conjunto de propostas de alteração que a maioria socialista, neste Parlamento, agora apresenta.

Assinalamos este recuo do Governo Regional como prova de que fazer diplomas à pressa, em véspera de eleições, é sempre uma má escolha.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** A defesa do ambiente e a valorização da Graciosa como reserva da biosfera é essencial para os Deputados do PSD, em especial para mim, como deputado eleito pela Ilha Graciosa.

Porém, legislar em matéria ambiental não significa por si só proteger.

É preciso uma boa gestão, bons e eficazes meios humanos e naturais, um bom conhecimento de cada zona no terreno e não apenas num gabinete distante para que as zonas de protecção criadas sejam uma mais valia para as pessoas e não um problema.

As propostas de alteração vêm na sequência do procedimento que o PSD tem adoptado ao longo da aprovação destes diplomas e que vem clarificar a função do Conselho Consultivo e do Conselho de Gestão.

O PSD vai aprovar esta proposta.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar.

**\* Secretária Regional do Ambiente e do Mar (Ana Paula Marques):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é verdade, Sr. Deputado, que não se tenha feito um trabalho sério na Graciosa.

O senhor esteve presente na sessão da discussão pública. Ocorreu na Ilha Graciosa uma sessão de discussão pública onde esteve sentado comigo na mesa o Sr. Presidente da Câmara.

Nesse dia que se iniciou a discussão pública foi feita a apresentação do diploma e foi publicitado, através de órgãos de comunicação social, o mesmo que ocorreu para a Ilha Graciosa, ocorreu para todas as ilhas onde já se fizeram discussões públicas.

Também quero dizer ao Sr. Deputado que na Ilha Graciosa houve participação pública, e por escrito, porque chegou à secretaria, e o documento está disponível, julgo eu, na internet.

Portanto, não é verdade que não se tenha feito uma discussão pública e séria.

Queremos que os cidadãos tenham maior participação cívica. Se o Conselho de Ilha a fez, nos termos regimentais e no tempo certo a esta Assembleia, também

os Membros desse Conselho de Ilha e o Sr. Presidente da Câmara da Graciosa a podiam ter feito durante os 30 dias de auscultação pública.

Portanto, não é verdade que o Governo não tenha permitido todos os esclarecimentos.

Também é verdade que o Sr. Director Regional do Ambiente, porque nós, contrariamente àquilo que muitas vezes os senhores afirmam, promovemos o diálogo, o debate, para que as coisas se façam num amplo consenso social.

Felizmente, em termos de instrumento de gestão territorial, temos uma longa caminhada.

Se as coisas não correram muito bem no início, há 5, 6 ou 7 anos, porque não tínhamos experiência, hoje, felizmente, as participações públicas enchem salas nesta região, o que é motivo de orgulho para este Governo e para os açorianos, porque eles sabem que é nos momentos da discussão pública que devem defender aquilo que pensam sobre os assuntos.

Apraz-me agora informar que houve discussão pública, apesar do Conselho de Ilha ter sido ouvido por esta Assembleia (não ponham isso em causa).

Mas durante os 30 dias, se teve agora o cuidado de rever o diploma como penso que fez por proposta que foi à Comissão, também o podia ter feito durante a discussão pública e ter participado activamente nessa discussão pública.

Se não o fez não foi por desconhecimento, porque o Governo, na sua visita estatutária à ilha, fez a apresentação do diploma. Houve participação pública, até houve empresas de actividade marítimo-turística que fizeram essas observações, observações bem feitas, com cuidado.

O que não podemos, Sr. Deputado, e isso é uma coisa que eu gostaria de reflectir até para a globalidade destas questões, é ter duas atitudes. Temos que ter apenas uma atitude. Ou queremos preservar o nosso meio ambiente, ter princípios de conservação e defesa dos nossos ecossistemas, ou queremos ter outro tipo de atitude.

Não podemos promover actividades de turismo natureza, de observação do nosso meio marinho, como por exemplo, a Graciosa tem uma especial apetência

nos congressos que tem produzido, e depois ter uma atitude de querer destruir os nossos recursos marítimos. Isso não podemos fazer!

Só podemos ter uma postura e a postura que temos que ter nesses congressos, tem que ser a postura que depois teremos noutras ocasiões. Temos que ter essa coragem.

No caso da Graciosa não sei quantas participações houve, mas ocorreram 3 ou 4 pelo menos. Se não ocorreram mais foi porque as pessoas não o quiseram fazer, porque à luz da lei foram cumpridos todos os preceitos previstos na lei.

Há quem nessa altura se pronunciou. Se não houve mais gente a pronunciar-se na altura, a culpa certamente não é do Governo.

Se viram outras questões mais tarde, ainda bem, porque esta casa tem a capacidade e o poder de, neste momento, contribuir para melhorar o documento. Só vejo isso com bons olhos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

\* **Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de Decreto Legislativo Regional que cria o Parque Natural de Ilha da Graciosa, junta numa só gestão várias áreas protegidas da ilha, criadas ao longo de vários anos, e ainda a classificação de duas novas áreas, além da identificação de áreas importantes para as aves.

O Parque Natural da Ilha Graciosa abrange as reservas naturais do Ilhéu de Baixo e do Ilhéu da Praia, o monumento natural da Caldeira, as áreas protegidas para a gestão de habitats ou espécies da Ponta da Restinga, da Ponta Branca e da Ponta da Barca, e ainda as áreas protegidas da gestão de recursos da costa sudeste e noroeste.

Nas reservas naturais e no monumento natural, classificadas pelos critérios da União Internacional para a conservação da natureza como áreas 1 e 2, pretende-se impedir a extracção, enquanto nas áreas protegidas classificadas pela mesma organização como áreas 4 e 6, pretende-se compatibilizar com o uso humano.

O Parque Natural da Graciosa congrega a Rede Natura 2000, proposta do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores e zonas de interdição à captura de lavas.

O Grupo Parlamentar já em sede de Comissão apresentou propostas de alteração, nomeadamente aos artigos 7º, 16º e 17º.

Assim vamos votar favoravelmente esta proposta.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

\* **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma nota para referenciar e sublinhar o amplo debate que foi feito no âmbito da preparação destas iniciativas legislativas.

A Sra. Secretária já referiu a tramitação que foi seguida na preparação da iniciativa pelo Governo Regional, com um período de discussão pública relativamente a todas as propostas e, no âmbito desta Assembleia, a Comissão competente promoveu a consulta dos Conselhos de Ilha, tendo recebido, embora alguns fora de prazo mas antes ainda desta discussão, nesta Assembleia pareceres dos quatro Conselhos de Ilha, abrangidos pelas iniciativas em apreciação neste momento.

Relativamente a todas elas existem propostas de alteração na especialidade, umas apresentadas pela Comissão, outras subscritas pelo PSD, outras subscritas pelo PS e já entregues depois do início destas reuniões secundárias, que com certeza vêm ao encontro de algumas questões suscitadas e levantadas pelas apreciações que foram feitas pelos Conselhos de Ilhas e pelos cidadãos das diversas ilhas, procurando melhorar os diplomas, de forma a que estes correspondam efectivamente àquilo que se pretende no que respeita à política de conservação da natureza, do melhor ordenamento para estas ilhas e para uma melhor gestão integrada das áreas protegidas destas quatro ilhas em particular, juntando-se às duas que já aprovámos nesta casa (Pico e São Miguel) recentemente.

Relativamente às propostas de alteração, conforme já disse, o Partido Socialista subscrive as que vêm da Comissão, para o Parque de Ilha da Graciosa;

apresentou duas propostas para o Parque da Ilha do Corvo, durante a sessão, e irá aprovar a grande maioria das propostas apresentadas pelo PSD, com excepção das apresentadas para o artigo 11º e 13º da proposta do Parque da Ilha do Corvo.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

**\* Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos a fazer a discussão na generalidade de um conjunto de propostas de Decreto Legislativo Regional, apresentadas pelo Governo Regional, no sentido de criar diversos parques de ilha em várias das nossas ilhas, aliás, na sequência de iniciativas de âmbito idêntico aprovadas no nosso último período legislativo. O Grupo Parlamentar do PSD, pelas diversas intervenções que aqui foram efectuadas, já indiciou o seu sentido de voto em relação a todas estas iniciativas legislativas, com excepção da iniciativa legislativa que se refere à Ilha do Corvo, e já lá irei.

Gostaria de dizer com clareza que o Partido Social Democrata ao votar favoravelmente, o faz com uma preocupação de contribuir para uma boa gestão do ambiente nos Açores. Esta é uma preocupação que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata partilha com o Governo Regional e certamente com os Srs. Deputados da maioria socialista que aprovarão estas iniciativas.

Ao votar favoravelmente estas iniciativas, e com a preocupação de uma boa gestão do ambiente nos Açores, o Partido Social Democrata também não quer deixar nem deixa de referir que este voto é um voto que obriga a uma estrita observação do cumprimento dos pressupostos da aprovação destes diplomas.

Como aqui já foi dito, e muito bem, pelo Deputado Sérgio Ferreira, não basta termos legislação, não basta termos diplomas aprovados para se ter melhor ambiente nos Açores. É preciso tornar os diplomas eficazes, haver bons meios humanos e materiais, boas práticas, bons meios de fiscalização, boa actuação para que o ambiente seja, de facto, preservado, seja valorizado e constitua uma mais valia para os Açores e para os açorianos.

O que é verdade é que ao longo dos anos temos aprovado neste Parlamento e nesta legislatura um conjunto de diplomas na área do ambiente, com os mais diversos objectivos, com as mais diferentes preocupações, mas muitos deles, por muito que a Sra. Secretária Regional do Ambiente diga o contrário, não passaram da gaveta, não passaram da publicação no Jornal Oficial.

**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Não apoiado!

**O Orador:** Aliás, a Sra. Secretária Regional do Ambiente disse aqui, ainda hoje, que apenas tinha sido nomeado o Conselho de Gestão da Zona da Reserva do Ilhéu de Vila Franca do Campo, que aliás, já está integrada no Parque Natural da Ilha de São Miguel, já aprovado e já publicado.

Não deixa de ser espantoso que isto aconteça!

O que é verdade é que nas diversas áreas e nas diversas paisagens protegidas dos Açores não há órgãos de gestão, não há planos sectoriais de ordenamento, não há medidas específicas de gestão. A gestão é casuística, é feita ao acaso, sem meios, sem opções e sem que se vislumbre uma orientação política e uma concertação da sua gestão.

**Deputado Clélio Meneses** (*PSD*): Muito bem!

**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Não apoiado!

**O Orador:** Não basta fazer legislação para se ter bom ambiente nos Açores!

Não basta publicar decretos legislativos regionais para que o bom ambiente e a boa qualidade do ambiente se atinja!

É este o desafio que é feito ao Governo Regional que não está em funções apenas desde que a Sra. Secretária Regional do Ambiente é secretária.

É preciso dizer que em matéria de ambiente este Governo Regional tem 12 anos de actuação.

É preciso também dizer que o Governo Regional tem 12 anos de muitas omissões na área do ambiente.

Agora, com estes Parques Naturais está o Governo Regional a emendar a mão o que já tinha emendado com legislação anterior.

Andamos de alteração legislativa em alteração legislativa, saltitando de opção ao longo dos 12 anos, sem que os açorianos, de facto, consigam ver que há bons resultados, excelentes resultados na protecção do ambiente.

O PSD – repito – votará favoravelmente estas iniciativas legislativas, com excepção da do Corvo, na formulação proposta pelo Governo Regional, com esta preocupação, com este cuidado e sobretudo votando-as, quero também dizer que concede um oportunidade ao Governo Regional para gerir melhor o ambiente nos Açores, mas cá estaremos até ao final desta legislatura para avaliarmos, para fiscalizarmos e para vermos se esta opção dá bons frutos no terreno.

Quanto ao Parque Natural da Ilha do Corvo, já que a discussão é conjunta, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresenta um conjunto de alterações, como aqui foi dito pelo Sr. Deputado José Manuel Nunes, que visam garantir e assegurar que a gestão deste parque é feita na Ilha do Corvo e não na Ilha das Flores, como está aqui proposto pelo Governo Regional dos Açores.

Com as propostas que o Partido Social Democrata apresenta queremos garantir, com toda a clareza (lanço daqui o desafio ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para que subscreva e vote a proposta que o PSD apresenta nesta matéria), que a gestão do Parque Natural da Ilha do Corvo é feita no Corvo e que as instalações necessárias à sua gestão se situem na ilha.

O Corvo e os corvinos não são diferentes dos marienses, não são diferentes dos faialenses, dos graciosenses ou de nenhum dos outros açorianos que na ilha têm a gestão do respectivo parque natural.

O desafio está lançado ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista para que vote a proposta apresentada pelo PSD que assegura de um modo claro e inequívoco, sem subtilezas jurídicas como a proposta que o PS apresenta para o artigo 11º, que a gestão do Parque Natural da Ilha do Corvo é feita no Corvo e que as instalações necessárias para a sua gestão ficarão no Corvo.

Para além disso, desafiamos também o Grupo Parlamentar do Partido Socialista a justificar, nesta câmara, a opção que a sua proposta traduz. Enquanto os outros responsáveis de todos os outros parques, os que já estão criados e os que



serão criados com as outras propostas de Decreto Legislativo Regional que aqui estão em discussão, têm a categoria de chefe de divisão, estranhamento o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na sua proposta de alteração ao artigo 11º, prevê que o responsável do parque da Ilha do Corvo tenha uma categoria inferior.

A pergunta é: é por ser mais pequeno que não merece ser chefe de divisão?

É por ser na ilha do Corvo e não ser noutra ilha qualquer?

Gostaríamos de ouvir a resposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista para que os corvinos percebam quem é que está a defender o quê.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar.

\* **Secretária Regional do Ambiente e do Mar** (*Ana Paula Marques*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Pedro Gome já nos habituou a essa eloquência. Fala muito bem, mas não diz nada!

O que acabou de referir não foi mais nem menos do que aquilo que numa economia de palavras eu disse quando iniciei a minha comunicação.

Nós reformámos 30 anos de enquadramento jurídico das áreas protegidas nos Açores. Não se pense que as 106 classificações que existiam nos Açores foram todas elas feitas no tempo em que o Partido Socialista esteve no Governo, porque antes de 1997 já existiam áreas protegidas.

Nessa altura não haviam órgãos de gestão, Sr. Deputado?

Havia.

Então por que é que nunca os nomearam?

Faça um exercício de memória. Eu não tenho aqui a data que os diplomas foram publicados, mas o mais antigo tem mais de 30 anos, que é o do Monte da Guia, na Ilha do Faial. Nessa altura nunca houve preocupação de pôr esses órgãos de gestão a funcionar. Porquê? Porque não funcionavam, Srs. Deputados?

Porque a nossa realidade arquipelágica não é a mesma do Continente.

Durante estes 30 anos classificaram-se 106 áreas, (elas não foram todas classificadas pelos Governos do Partido Socialista como acabei de dizer) e foi exactamente por esse motivo, por isso é que acho que é desnecessária essa sua comunicação. Por sabermos que não funcionava, por sabermos que não era operativo, que fizemos esta grande reforma. Eu já disse isso uma vez e não vou voltar a dizê-lo.

Quando foi apresentado o diploma que criou a Rede Regional de Áreas Protegidas foi mais do que enunciado nessa altura.

Portanto, penso que agora ficou esclarecida de uma vez por todas esta Assembleia de que o Governo tomou a iniciativa de fazer esta reforma porque efectivamente não havia um contínuo ecológico, tínhamos áreas que não estavam, do ponto de vista do sistema de informação geográfica, bem cartografadas. As coisas evoluíram durante estes anos, Sr. Deputado. Isso quer dizer que temos capacidade de iniciativa para continuar a propor a esta casa reformas importantes e estruturantes, de acordo até com os mecanismos europeus e das alterações que são preconizadas pelas próprias directivas comunitárias.

O senhor não disse nada. Foi muito eloquente, fala muito bem. Tem essa capacidade porque é advogado. Se calhar eu não tenha essa capacidade de tanta eloquência, mas quanto às questões de prática e de trabalho pode ter a certeza que estou na linha da frente, porque levo e concretizo as coisas que me proponho fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

\* **Deputado Hernâni Jorge** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para esclarecer algumas dúvidas e questões colocadas e dizer antes de mais o seguinte:

Conforme a Sra. Secretária acabou de informar, existem nesta Região mais de uma centena de áreas classificadas e os poucos planos ou os planos de

ordenamento e os planos de gestão que existem para essas áreas são todos posteriores a 1996.

Antes de 1996 foi mandado executar um Plano de Ordenamento para o Ilhéu de Vila Franca que nunca saiu das gavetas, nunca chegou a ser publicado.

Para além deste registo histórico importante, não fazia sentido, do ponto de vista de uma gestão racional, nomear comissões directivas, órgãos de gestão para mais de uma centena de áreas protegidas nesta Região e muito menos mandar elaborar mais de uma centena de planos de ordenamento para outras tantas áreas protegidas desta Região.

O regime jurídico que antecedeu a publicação do 15/2007/A, aprovado aqui há um ano, vem de 93.

Esta opção pelos parques de ilha e pela gestão integrada é fundamental para que não continuássemos a ter áreas protegidas e áreas classificadas sem direcção e sem instrumentos de ordenamento especiais que orientem as regras de utilização dessas áreas e desses espaços.

Se calhar já devia ter acontecido há mais tempo. Não aconteceu! Acontece hoje pondo fim a esta lacuna que até 2007 existiu na Região relativamente à gestão e ao ordenamento das áreas protegidas nos Açores.

Quanto às questões concretas suscitadas relativamente às propostas de alteração, o Partido Socialista não irá votar favoravelmente as propostas apresentadas pelo PSD para o artigo 11º e 13º relativas à Ilha do Corvo, porque tem propostas de alteração distintas das do PSD na redacção, mas idênticas no objectivo.

Uma delas, a do 13º, é só uma questão de sistemática. Propomos as alíneas em 5 destinos. Achamos que a nossa é melhor do que a do PSD e é por isso que iremos votar favoravelmente a nossa e rejeitar a do PSD.

Quando à do artigo 11º, a resposta às questões suscitadas pelo Conselho da Ilha do Corvo e suscitadas pelos corvinos é dada pela proposta do Partido Socialista e a razão da nossa proposta é óbvia: todas as propostas de parques de ilha prevêem a possibilidade de acumulação da direcção do parque com a direcção

dos serviços operativos do Departamento do Governo responsável pelas matérias de ambiente.

Todas as propostas dos parques de ilha prevêm essa possibilidade.

Esta proposta que o Partido Socialista agora apresenta prevê que não exista essa acumulação no que respeita à Ilha do Corvo e tem como consequência uma coisa óbvia: o Director do Parque do Corvo será exclusivamente Director do Parque Natural da Ilha do Corvo. Não será dirigente de nenhum serviço operativo, não terá quaisquer outras competências ou responsabilidades.

Posto isto, e atendendo à dimensão do serviço, à inexistência ou à impossibilidade de existência de acumulação de quaisquer outras funções, não se justifica que ele seja equiparado e esteja em igualdade de circunstâncias com outros dirigentes que têm mais funções, mais atribuições e que acumulam outras actividades.

É essa a razão da nossa proposta. São estes os fundamentos da nossa proposta.

Estamos a falar de uma diferença remuneratória que não é tão substantiva quanto isso, dentro destes princípios e desta regra de pensamento.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Mais uma razão!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

\* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tenho estado calmo, aqui, no “meu habitat”, mas resolvi que era a altura de intervir e dar o meu contributo para esta discussão dos parques naturais.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Habitat natural!

**O Orador:** Com certeza. V. Exa. naturalmente entendeu logo que era natural.

É claro que são positivos os parques de ilha, mas não precisamos embandeirar em arco com isto, porque resulta de directivas europeias, resulta da grande evolução que se fez no ambiente, da mudança de conceitos que se fez no ambiente.

O ambiente teve uma evolução extraordinária, que o Governo, e bem, acompanha. É disso que se trata.

Portanto, não é uma questão de fazer tudo e ter a iniciativa.

É o acompanhar o evoluir dos tempos como a Sra. Secretária muito bem disso. Portanto, o Governo tem que acompanhar aquilo que são as tendências mundiais nessa matéria ambiental que será cada vez, (nalguns casos infeliz) mais progressiva. Daqui a dias se calhar vamos andar todos esterilizados na rua, o que me preocupa também um bocadinho.

Quanto aos cargos de divisão e de chefes de divisão, não foi este Governo que há 2 anos resolveu alterar as regras para nomear dirigentes na Ilha do Corvo, para que uma pessoa com menos habilitação pudesse ser dirigente?

Foi este Governo que fez isto.

É este Governo que agora não quer um chefe de divisão ou equiparado a chefe a divisão. Segundo a legislação que os senhores aprovaram, até pode ser uma pessoa menos qualificada, que não precisa de ser licenciada, respondendo naturalmente às necessidades da ilha, porque era necessário ter chefias. Por que é que não há-de ter um responsável de serviços residentes na Ilha do Corvo?

O argumento de que acumulam outras funções é engraçado, não é?

Se os outros acumulam outras funções, aquele também pode acumular. Por que é que não há-de acumular?

Permite-se tantas acumulações!

O que estes parques permitem é a criação de uma série de novos cargos dirigentes.

Os gestores dos parques são todos equiparados a chefe de divisão, mas se é para colocar pessoas competentes e qualificadas terá de ser desta maneira.

Agora, não se pode dizer que o Corvo não merece ter um responsável local para dirigir o Parque Natural do Corvo.

Quanto ao Corvo, porque é uma ilha muito pequenina, o Governo devia ter tido especial cuidado.

Ainda ontem se aprovou aqui um diploma para promover os pescadores, para que os pescadores possam levar os turistas à pesca, mas estar a pedir uma autorização cada vez que vão levar um turista, parece-me um bocadinho restritivo para a Ilha do Corvo.

Sabemos que o Corvo tem uma comunidade piscatória grande, que a maioria da população vive da pesca, que pescam muito. Todas as vezes que o pescador quiser levar 5 ou 6 turistas a pescar tem que fazer um requerimento. Isso restringe muito a actividade da pesca turístico marítima à volta da costa da Ilha do Corvo.

Como Sra. Secretária sabe tão bem como eu, o Corvo é uma ilha muito pequenina.

Com os “andanças” todos que se fizeram na cartografia nestes últimos anos, isso devia servir melhor para ter a percepção das coisas e para não se restringir tanto como se restringe noutras ilhas.

Restringe muito o Corvo a nível das actividades que pode fazer e restringe muito a nível do pessoal dirigente para os Parques Naturais. Isto não nos parece de maneira nenhuma correcto.

**Presidente:** Não havendo mais inscrições passamos para a votação.

Votemos em primeiro lugar a proposta apresentada para o Parque Natural da Ilha de Santa Maria.

Os Srs. Deputados que concordam na generalidade com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Esta proposta de Decreto Legislativo tem três propostas de alteração, apresentadas pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

**\* Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apresentadas estas propostas de alteração ficarão apresentadas todas as outras propostas idênticas para os outros parques de ilha, o que dispensará as intervenções subsequentes para ir de encontro aos desejos do Sr. Secretário Regional da Presidência que tão eloquentemente formou esse desejo.

Não há nenhuma objecção por parte do PSD de que estas propostas de alteração possam ser votadas em conjunto, como também parece ser intenção manifestada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Estas propostas de alteração vêm na sequência de anteriores propostas de alteração que foram formuladas quando discutimos aqui os Parques Naturais da Ilha de São Miguel e da Ilha do Pico, e que foram aprovadas nesta câmara.

Por uma razão de coerência elas visam, em síntese o seguinte:

No artigo 29º, quanto às competências do Conselho de Gestão, que não seja delegado no respectivo Presidente do Conselho de Gestão a aprovação dos Planos Anuais e dos Planos Plurianuais, porque entendemos que esta deve ser uma competência do próprio conselho de gestão e não uma competência delegada no seu dirigente máximo.

Quanto ao artigo 30º, alarga-se a representação no Conselho Consultivo à participação de um representante da Associação Agrícola de Santa Maria e da Associação de Caçadores da Ilha de Santa Maria, num sistema rotativo e no mandato de um ano.

Relativamente ao Conselho Consultivo, alargam-se as suas competências, que é um órgão de natureza obviamente consultiva, como a própria designação indicia, no sentido de apreciar e dar pareceres sobre os Planos Anuais e Plurianuais bem como os relatórios anuais das actividades do próprio órgão de gestão do Parque Natural da Ilha de Santa Maria.

Assim ficam apresentadas estas e as subsequentes propostas de alteração para os outros parques.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

\* **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para dizer de uma forma muito rápida que pelos argumentos que já foram expandidos no plenário passado quando discutimos os parques do Pico e de São Miguel, o Partido Socialista votará favoravelmente estas propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PSD e aquelas de idêntico teor, relativamente aos três diplomas que se seguirão.

**Presidente:** Assim sendo, vamos votar as propostas de alteração apresentadas pelo PSD para os artigos 29º, 30º e 31º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** As propostas de alteração para os artigos 29º, 30º e 31º foram aprovadas por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora na especialidade todos os artigos do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Na especialidade, os artigos foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** O diploma baixa à Comissão para redacção final.

Passamos para a Proposta de Decreto Legislativo Regional que cria o Parque Natural da Ilha do Faial.

Os Srs. Deputados que concordam na generalidade com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Na especialidade temos uma proposta de alteração apresentada para os artigos 28º e 30º, curiosamente não há para o Conselho Consultivo, o que me parece estranho. Já agora deixem-me também dizer que não está prevista a Associação de Caçadores.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

**\* Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sobre os caçadores nada sei. Apenas para elucidar a mesa de que há duas propostas de alteração para o artigo 28º, quanto às competências do Conselho



de Gestão, e uma proposta relativa ao artigo 30º, quanto às competências do Conselho Consultivo e não quanto à composição do Conselho Consultivo.

**Presidente:** Pois, mas a minha preocupação é que, como houve relativamente à composição do Conselho Consultivo, com todo o mérito, porque os caçadores andam por aí, eu agora estranhei não haver, por isso é que estava a questionar.

**Presidente:** Eu explico, se estão os marinheiros, se estão os clubes navais, por que é que não há-de estar a Associação de Caçadores?

**Deputado Pedro Gomes (PSD).** Sr. Presidente, é para requerer um intervalo de 5 minutos.

**Presidente:** Está concedido.

*Eram 19 horas e 40 minutos*

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos continuar os nossos trabalhos.

*Eram 19 horas e 50 minutos*

Passamos para a votação das propostas de alteração apresentadas pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** As propostas de alteração foram aprovadas por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora na especialidade todos os artigos do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Na especialidade, os artigos foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Proposta de Decreto Legislativo – Parque Natural da Ilha do Corvo.

Aqui parece não haver consenso.

Os Srs. Deputados que concordam na generalidade com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 voto contra do Deputado Independente.

**Presidente:** Passamos para a votação na especialidade.

Temos uma proposta apresentada pelo PSD para o artigo 11º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP e 1 voto a favor do Deputado Independente.

**Presidente:** Votemos de seguida a proposta apresentada para o artigo 11º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 voto contra do Deputado Independente.

**Presidente:** Temos de seguida as propostas de alteração apresentadas pelo PSD para os artigos 12º e 14º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** As propostas de alteração foram aprovadas por unanimidade.

**Presidente:** Para o artigo 13º temos uma proposta de alteração apresentada pelo PS e outra apresentada pelo PSD.

Não sei qual é que entrou primeiro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta do Partido Socialista deu entrada nos serviços da Assembleia antes de começar a reunião de hoje.

A proposta do PSD já deu entrada na mesa e foi distribuída depois do início da reunião.

Portanto, a proposta do Partido Socialista entrou primeiro que a do PSD.

**Presidente:** Vamos então votar a proposta apresentada pelo PS para o artigo 13º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 voto contra do Deputado Independente.

**Presidente:** Vamos votar agora na especialidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o Corvo.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Na especialidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 voto contra do Deputado Independente.

**Presidente:** Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Em votação final global a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 voto contra do Deputado Independente.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

\* **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para uma breve declaração de voto quanto a este diploma da criação do Parque Natural da Ilha do Corvo.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata votou contra esta Proposta de Decreto Legislativo Regional por entender que os corvinos não são filhos de um Deus menor em matéria de gestão do seu Parque Natural da Ilha do Corvo.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Do mesmo modo que todas as outras ilhas dos Açores, onde estão criados ou vão ser criados parques naturais, esta gestão é assegurada na própria ilha, nós entendemos, com toda a clareza, e apresentámos propostas nesse sentido, de que a gestão do Parque Natural da Ilha do Corvo deveria ser assegurada a partir da Ilha do Corvo e as instalações dos serviços de gestão deste parque deveriam ser na Ilha do Corvo.

Apresentámos propostas neste sentido, com uma clareza absoluta, para que não ficassem dúvidas, ao contrário das propostas que o Partido Socialista aqui apresentou que, procurando dar resposta a este problema que foi suscitado, e bem, pelo Conselho de Ilha do Corvo, não faziam mais do que uma habilidade no sentido de confundir os eleitores e os corvinos quanto ao sentido da sua opção.

Não há nenhuma dúvida de que a opção do PSD é de que a gestão do Parque Natural da Ilha do Corvo se faça no Corvo, em instalações físicas no Corvo.

Nesse sentido, apresentámos as propostas que foram aqui rejeitadas pelo Partido Socialista.

Por outro lado também, o Partido Social Democrata votou contra esta proposta de Decreto Legislativo Regional por entender que não há nenhuma razão

jurídica, política ou de qualquer outra natureza, que justifique que o responsável máximo do Parque Natural da Ilha do Corvo tenha uma dignidade funcional inferior à dos outros responsáveis dos outros parques em todas as ilhas dos Açores.

**Deputado Sérgio Ferreira (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Trata-se de um parque natural com idênticas competências, com idênticas atribuições, com idênticas soluções e não há nenhuma razão, a não ser uma teimosia socialista, para que o dirigente máximo do Parque Natural da Ilha do Corvo tenha uma qualificação inferior, em termos administrativos, do que todos os outros responsáveis dos parques criados ou a criar nos Açores.

São estas as razões que no fundo justificam o voto contrário da bancada do Partido Social Democrata.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

\* **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista aprovou gostosamente esta iniciativa, aprovando também propostas de alteração que vão ao encontro das questões suscitadas pelo Conselho de Ilha do Corvo e pelos cidadãos da Ilha do Corvo.

O Partido Socialista apresentou uma proposta, e aprovou-a, para equiparar o cargo de Director do Parque Natural da Ilha do Corvo ao cargo de direcção de 2º grau, previsto no artigo 6º do Decreto Legislativo Regional 2/2005/A, de 9 de Maio, propondo a eliminação, e eliminando, o número da proposta que permitia a acumulação das funções de Director do Parque Natural da Ilha do Corvo com as funções de Director de Serviços de Ambiente das Flores e do Corvo, ficando de forma clara e inequívoca consagrada neste diploma que esta acumulação não é possível e que o Director Natural da Ilha do Corvo exerce estas funções em exclusividade.

O Partido Socialista também propôs uma alteração, e aprovou-a, que suprime do texto da proposta a parte da norma que dizia que as instalações e o

funcionamento do Conselho de Gestão, bem como o apoio logístico e administrativo, seriam assegurados pelos serviços de ambiente das Flores e do Corvo, dizendo que esse apoio logístico, esses serviços e as instalações, serão garantidas e asseguradas pelo Departamento do Governo Regional competente em matéria de ambiente, tornando de forma clara este aspecto, respondendo às questões suscitadas pelo Conselho de Ilha às justas reivindicações dos habitantes da Ilha do Corvo.

Não é também verdade, e para que fique claro, que todos os directores dos parques de ilha tenham igual estatuto, enquanto dirigentes.

Nos parques de São Miguel e do Pico, atenta a sua dimensão, são equiparados a directores de serviço – cargo de direcção intermédia de nível 1.

Os directores dos outros parques que aprovámos hoje são equiparados a chefes de divisão – cargo de direcção intermédia de nível 2.

Quaisquer destes 5 anteriormente referidos, prevê-se a possibilidade de acumularem estas funções com outros cargos dirigentes da Administração, designadamente funções no âmbito dos serviços operativos da Secretaria do Ambiente.

O Director do Parque Natural da Ilha do Corvo é equiparado a cargo de direcção de 2º grau, previsto no regime dos dirigentes da Administração Regional e desempenha estas funções sem acumular com quaisquer outras funções.

São estes princípios que levaram a esta diferenciação nos diversos diplomas que leva que o Partido Socialista tenha proposto e tenha votado esta proposta de alteração, não caminhando, nem alinhando, em perspectivas demagógicas, na demagogia do PSD.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Passamos para a Proposta de Decreto Legislativo relativa ao Parque Natural da Ilha Graciosa.

Temos duas propostas de alteração, uma para o artigo 22º e outra para o artigo 24º, apresentadas pelo PSD.

Vamos iniciar a votação.

Os Srs. Deputados que concordam na generalidade com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** A Comissão apresentou propostas de alteração para os artigos 7º, 16º, 17º, subscritas pelo PS, e para os artigos 22º e 24º, apresentadas pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** As propostas de alteração foram aprovadas por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora na especialidade todos os artigos do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Na especialidade, os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Os diplomas baixam à Comissão para redacção final.

Antes de dar por encerrados os trabalhos, pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e ao Sr. Secretário Regional que se aproximassem da mesa, para agendarmos os nossos trabalhos para amanhã.

*(Pausa)*

Srs. Deputados os nossos trabalhos vão ser interrompidos e recomeçamos amanhã às 10 horas.

Boa noite.

*Eram 20 horas e 05 minutos.*

*Deputados que entraram durante a Sessão:*

***Partido Socialista (PS)***

**Guilherme de Fraga Vicente Nunes**

**Hélder Guerreiro Marques Silva**

**Manuel Herberto Santos da Rosa**

**Partido Social Democrata (PSD)**

**António Augusto Batista Soares Marinho**

**Deputado Independente (Ind.)**

**Paulo Domingos Alves de Gusmão**

*Deputados que faltaram à sessão:*

***Partido Socialista (PS)***

**Catarina Paula Moniz Furtado**

**Luís Paulo de Serpa Alves**

**Osório Meneses da Silva**

**Partido Social Democrata (PSD)**

**Cláudio José Gomes Lopes**

**Lisa Marie Garcia Furtado**

\* Texto não revisto pelo orador

**A redactora:** Maria da Conceição Fraga Branco